

# Caderno especial



## A ESCOLA INTEGRADA

Uma experiência revolucionária  
no ensino, a ser efetivada na  
Administração Paulo Maluf

Plano elaborado pela Equipe Técnica do Instituto Municipal de Educação e Pesquisas:

*Maria Iracilda Robert* - Diretora  
*Maria Stella de Mello* - Assessora Administrativa  
*Bernardete Angelina Gatti* - Orientadora Educacional  
*Therezinha Afife Lauand* - Orientadora Pedagógica

Orientação e aprovação:

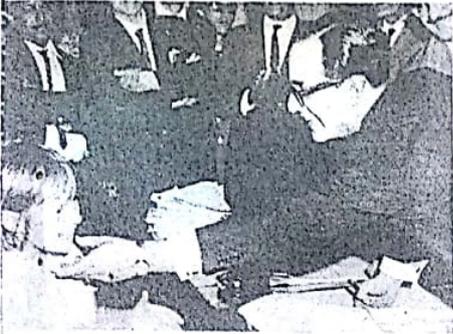
*Paulo Nathanael Pereira de Souza* - Diretor do Departamento Municipal de Ensino, da Secretaria de Educação e Cultura.

Revista do Ensino Municipal



REVISTA DO ENSINO MUNICIPAL — N.º 1 — MARÇO, 1970 -- Órgão informativo da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo — Orientação técnica do Departamento de Ensino Municipal — Editada pela Secretaria de Imprensa do Gabinete do Prefeito — Parque do Ibirapuera, S. P.

Composta e impressa nas oficinas da Gráfica Municipal - Rua Teixeira Mendes, 262 - Tel. 278-2020 - São Paulo



### Mensagem do Prefeito Paulo Maluf

Na oportunidade em que se edita o primeiro número da Revista do Ensino Municipal, órgão da Secretaria da Educação e Cultura, é meu desejo registrar o especial aprêço e a grande ênfase que a atual administração do Município vem dedicando às questões de Educação e Ensino. Com os olhos postos no Brasil-Grande Potência, que ressumará das medidas vitalizadoras que a Revolução de 1964 injetou nas raízes da nacionalidade, a Prefeitura do Município de São Paulo não tem poupado esforços no sentido de contribuir com sua cota, adequando, em qualidade e quantidade, o seu sistema escolar às inadiáveis e urgentes tarefas da preparação da infância e da juventude para o exercício da cidadania e da produtividade. Programas de atualização e aperfeiçoamento do pessoal do ensino; incentivo às construções escolares; intensificação da assistência social escolar, notadamente na área da alimentação; experimentação pioneira, em todo o país, de uma escola integrada de 8 anos, para posterior transformação de toda a rede nessa modalidade de ensino, exigido pelo desenvolvimento brasileiro; enriquecimento da escola com os balneários infantis (piscinas, campos de esporte, etc.); criação dos centros de treinamento do magistério; instalação de classes de demonstração de técnicas pedagógicas renovadas; introdução da Educação Moral e Cívica como atividade obrigatória no currículo escolar e intensificação do culto aos Símbolos Nacionais; incremento do ensino técnico através do melhor aproveitamento do Colégio Comercial, e mais providências que seria longo enumerar, — constituem as peças básicas de uma programação realística, projetada e executada em nível técnico do melhor padrão, sob a orientação e supervisão dos Secretários Paulo Ernesto Tolle e Paulo Zingg.

Nosso objetivo é o de que nenhuma criança fique sem escola no Município de São Paulo. E assim, sirvo-me do ensejo para endereçar ao operoso magistério municipal as saudações do Prefeito, pelo muito que vem realizando em prol da criança paulistana, e para testemunhar a minha certeza de que, do seu idealismo e da sua dedicação muito podem esperar os anseios do Brasil Grande, de hoje e do futuro.

# Revista do Ensino Municipal

ÍNDICE	PÁGINA
EDUCAÇÃO E CULTURA	3
PROGRAMA DE AÇÃO PARA 1970	8
GRANDES INOVAÇÕES NO SISTEMA EDUCACIONAL	9
A ESCOLA INTEGRADA	
Considerações gerais	14
Objetivos	15
Níveis do Ensino - Currículo	16
Calendário Escolar	23
Avaliação e promoção	23
Treinamento de professores	25
Critério e Recrutamento de alunos	25
Documentação, controle e divulgação da experiência	26
O SIGNIFICADO DA ESCOLA INTEGRADA DE OITO ANOS	
Paulo Nathanael Pereira de Souza	27
QUADRO CURRICULAR DA ESCOLA INTEGRADA	28
EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	29
A RELEVANTE MISSÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	31
REGULAMENTADO O ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS	32
ADMISSÃO DE PROFESSORES SUBSTITUTOS	33
FATOS E PROBLEMAS DO ENSINO ATRAVÉS DA IMPRENSA	35
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO	36
PREFEITURA SELECIONA AUXILIARES PEDAGÓGICOS	36
50 PROFESSORES PREPARADOS PARA PÔR EM PRÁTICA A ESCOLA INTEGRADA	37
PREFEITURA PROMOVE REVOLUÇÃO NAS TÉCNICAS DO ENSINO PRIMÁRIO	37
ANO LETIVO DE 1969 SE ENCERRA COM BOAS NOTÍCIAS PARA 1970	38
PREFEITO ENTREGA BOLSAS DE ESTUDOS: 400 MIL NOVOS	39
PISCINAS EM NOVE ESCOLAS MUNICIPAIS	40

# Educação e Cultura

O que já se fez e o que ainda será feito na Administração Paulo Maluf

*O Professor Paulo Ernesto Tolle, ex-Secretário de Educação e Cultura da Municipalidade, apresenta, nesta revista, um levantamento do que já foi feito nos primeiros meses da administração Paulo Maluf. Mais do que isso, ressalta nesta exposição, o programa de realizações, que será efetivado no decorrer da atual administração municipal. Trata-se de uma verdadeira revolução no setor da educação e cultura, conforme se poderá avaliar através deste importante documento, que é em última análise, um plano de ação administrativa. Vamos, portanto, à sua leitura.*



Veza por outra, convém que pessoa ou instituição se detenha, volte-se para contemplar o caminho percorrido e procure, no que já foi alcançado, apoio ou inspiração para os rumos a adotar.

Cinco meses à frente da Secretaria de Educação e Cultura é tempo demasiado para que se justifique falar em balanço. A publicação deste número da Revista torna, entretanto, oportuno — para informação pública e benefício particular — ao menos um levantamento do que se fez e um esboço do que se planeja, levantamento e esboço que não de projetar-se, naturalmente, contra o pano de fundo das realizações da anterior administração.

Abre-se a Secretaria de Educação e Cultura em quatro Departamentos. Façamos sucinta referência a cada um.

## A. Departamento Municipal de Ensino

Problema com que, nesta área, a atual Administração desde logo se defrontou foi o da nomeação de 750 professores aprovados no Concurso de Ingresso ao Magistério Municipal. A urgência de uma solução levou a Secretaria a solicitar do DAMU delegação de poderes para proceder ao desempate entre candidatos que haviam obtido idêntica nota; agiu a Secretaria, ao mesmo tempo, junto à Secretaria da Higiene e a órgãos estaduais para obter celeridade na realização de exames médicos necessários para admissão dos mesmos professores; e tomava, concomitantemente, as providências necessárias para que se efetivasse a escolha pública das vagas disputadas. Não obstante o atraso provocado por

um mandado de segurança impetrado por professoras municipais substitutas, que se entenderam prejudicadas pelos critérios adotados para escolha de classes — mandado em que ficou reconhecida pela Justiça a inteira procedência da posição adotada pela Prefeitura —, processou-se o preenchimento das vagas nos cargos docentes, e enorme avanço no sentido de regularização da rede escolar pôde ser conseguido já em meados de maio.

Passo imediato, nesse mesmo setor, foi a reclassificação (com base em tempo de serviço) e lotação das 2.247 professoras substitutas.

Daí foi possível partir para a elaboração do levantamento preciso — e, até então, inexistente — de toda a rede de ensino municipal, com indicação das unidades, número de classes, capacidade de matrícula e cadastro do corpo docente, com a respectiva lotação.

Dentro do espírito de descentralização administrativa que vem norteando a Prefeitura de São Paulo, o Instituto Municipal de Educação e Pesquisas (IMEP) e o Colégio Comercial Municipal foram desvinculados do Gabinete do Secretário e diretamente subordinados ao Departamento de Ensino Municipal.

Considerando objeções levantadas pelo Conselho Estadual de Educação, denunciou-se convênio que fôra firmado entre a Prefeitura e o FUNBEC, no sentido de que esta Fundação desse orientação pedagógica àquele Instituto.

A situação surgida compeliu o Departamento Municipal de Ensino a reformular — trabalho já concluído — o plano de operação do IMEP, no qual se iniciará, a partir do ano próximo, a execução de um programa de oito anos, visando dar

obediência ao preceito constitucional que estendeu o prazo mínimo de escolarização em nosso País.

Os inspetores de Ensino, que se achavam subordinados às Administrações Regionais e, assim, afastados do Departamento Municipal de Ensino, foram a este vinculados, ganhando condições mais adequadas para o exercício de suas funções e dando à Diretoria do Departamento, condições favoráveis para supervisão direta e imediata da rede escolar.

Para estudo e solução dos problemas surgidos do uso comum dos prédios escolares da Prefeitura por estabelecimentos de ensino primário municipal e de ensino médio estadual, designou-

se uma Comissão de cujo trabalho resultaram os Acórdos de Cooperação Técnica e Administrativa firmados pelo Governador e pelo Prefeito e publicados no Diário Oficial do Município, em 30 de maio último. Para constante atenção às dificuldades que possam surgir e para aperfeiçoamento da colaboração Estado-Município na área em causa, deu-se caráter de permanência a uma Comissão que os Acórdos referidos criaram — a CESUPE.

No momento, a Prefeitura está cedendo ao govêrno estadual — e assim possibilitando que mais larga faixa de populares se beneficie do ensino secundário oficial e gratuito — 81 de seus edifícios escolares.



Cêrca de 15.000 crianças frequentam, hoje, os Parques Infantis da Cidade, onde recebem assistência educacional e alimentação.

O decreto n.º 8.154, de 20 de abril do ano corrente instituiu a obrigatoriedade do ensino de Educação Moral e Cívica em tôdas as escolas municipais, enquanto o decreto n.º 8.349, de 8 de agosto de 1969, abriu a possibilidade de que todos os alunos dessas escolas se beneficiem da educação religiosa.

Nos últimos cinco meses, através de decretos, foram criadas 2 (duas) escolas e 128 (cento e vinte oito) classes. Atualmente, o Departamento Municipal de Ensino vem mantendo 194 (cento e noventa e quatro) unidades escolares, nas quais funcionam 3.700 (três mil e setecentas) classes,

frequentadas por aproximadamente 150.000 (cento e cinquenta mil) crianças, sendo o corpo docente formado de 1.833 (mil oitocentos e trinta e três) professores efetivos e 2.339 (dois mil trezentos e trinta e nove) substitutos.

Dentro do Plano de Ação Bienal, que o Departamento Municipal de Ensino elaborou para execução a partir de 1970, merecem atenção, neste passo, os seguintes projetos, que refletem as linhas mestres do programa estabelecido:

- 1 — plano de atualização e qualificação de todo o pessoal do ensino, num total de 1.200 (mil e duzentos) por ano;

sos de Madureza que a TV 2 Cultura vem ministrando. Através do decreto n.º 8.365, de 23 de agosto de 1969, os Centros Juvenis Noturnos passaram a denominar-se "Centros de Juventude".

#### C — Departamento de Assistência Escolar

Tal como se dera com relação ao Departamento de Educação e Recreio, também com referência ao Departamento de Assistência Escolar, a definição de objetivos foi considerada tarefa merecedora de atenção prioritária.

Criado em 1967, o Departamento viu para ele transferidos serviços que, apesar de passarem a integrá-lo, continuaram a operar segundo os modelos que os orientavam nas unidades de origem. E atividades novas não exerceram influência sobre as já em funcionamento, nem foram por elas influenciadas. Sem uma orientação a presidir-lhes o desenvolvimento, algumas áreas se hipertrofiaram, enquanto outras mantinham existência pouco mais que nominal, emprestando ao Departamento características não de organicidade, mas de mera proximidade de secções que se desconheciam mutuamente.

Diante da situação encontrada, surgiu preocupação dupla: definir os objetivos do Departamento e elaborar plano para concretizá-los.

Os objetivos, definidos em função da colaboração estreita que deve existir entre o Departamento de Assistência Escolar e os de Educação e Recreio e de Ensino Municipal, podem ser expressos nos três itens seguintes:

- a) levantamento das condições de saúde física e mental dos frequentadores dos parques infantis e escolas municipais;
- b) elaboração de programas sanitários capazes de prevenir os principais problemas de saúde apresentados por essa faixa de população e, em especial, aquelas que afetam o aproveitamento escolar;
- c) garantia, em caráter supletivo, de condições para tratamento dos desvios de saúde referidos no item anterior.

Para alcançar êsses objetivos, elaborou-se plano de inspeção de saúde que vem sendo pôsto em prática nas unidades municipais de ensino e visa:

- a) levantamento e análise dos defeitos físicos;
- b) levantamento e análise de defeitos mentais;
- c) análise das condições de nutrição.

O resultado desses estudos permitirá a adoção de medidas profiláticas adequadas, com ampla utilização das técnicas de educação sanitária e aconselhará a forma a escolher para tratamento dos principais identificados (através de órgãos próprios do Departamento, de outros órgãos municipais ou da contratação de serviços especializados).



Boa alimentação é oferecida aos escolares, em todo o Município, inclusive durante as férias.

É de se esperar, ainda, que a análise dos dados a que se faz menção no último grupo de itens a), b) e c) coloque a Prefeitura em condições de enfrentar, de forma correta, alguns dos principais problemas que hoje afligem as autoridades escolares, como sejam adequação dos métodos pedagógicos às condições mentais da média da população; quantificação e qualificação do ensino de excepcionais; prevenção ou correção das causas da repetência ligados a desvios de saúde física e mental.

No que se refere à nutrição — setor em que são claras e clamorosas as deficiências apresentadas pela população infantil — concluiu-se novo convênio com o Serviço Nacional de Merenda Escolar, de sorte a garantir que os frequentadores de Parques Infantis e Escolas Municipais possam receber alimentação, inclusive durante as férias escolares.

Êsse, portanto, o programa e êsse o sentido com que se trabalha no Departamento de Assistência Escolar, a propósito do qual cabe referir alguns dados:

Serviços: Clínicas Psicológicas, 3 (três); Clínicas Médicas, 4 (quatro); Clínicas Odontológicas, 93 (noventa e três) — Educandos que vêm sendo atendidos nas Clínicas Psicológicas (para tratamento completo), 150 (cento e cinquenta); Alu-

nos matriculados no Instituto "Helen Keller" (porque portadores de surdez ou defeito de fala não passíveis de tratamento em escola comum), 80 (oitenta); Atendimento pelas Clínicas Médicas, cêrca de 2.400 (dois mil e quatrocentos) mensais; Atendimentos pelas Clínicas Odontológicas: cêrca de 40.000 (quarenta mil) crianças admitidas às Escolas Municipais no corrente ano; Refeições fornecidas em Escolas e Parques Infantis: cêrca de 2.000.000 (dois milhões) mensais.

#### D — Departamento de Cultura

Embora sejam variadas e complexas as funções que tocam ao Departamento de Cultura, ficou, desde logo evidenciado que algumas das unidades a êle filiadas escapavam a seu âmbito de ação ou se adequavam mal às suas finalidades. Estudos levados a efeito com o objetivo de corrigir a situação anômala já conduziram a que se transferisse para a Secretaria de Finanças — onde encontra mais natural campo de trabalho — a Divisão de Estatística (exceto a secção de Iconografia). É de se esperar que dos morosos estudos — morosos, porque devem cercar-se da maior cautela — resultem outras alterações no organograma da Secretaria de Educação e Cultura, visando a assegurar concentração de esforços na perseguição de seus objetivos específicos.

Para melhor conseguir êsses objetivos na área específica da cultura e para assegurar ao Departamento de Cultura um órgão de consulta e assessoria do mais alto nível, foi desvinculado do Gabinete do Prefeito e ligado diretamente à Secretaria de Educação o Conselho Municipal de Cultura, já tendo sido preparado o respectivo regulamento, nomeados os membros (sr. Luciano Vasconcelos de Carvalho, sr. Alberto Soares de Almeida, sr. Hernani Donato, sr. Roberto Cerqueira César, sr. Carlos Henrique R. Liberalli, sr. Rubem Biáfora, sr. Luiz Gonzaga Guimarães Pinheiro), instalados os trabalhos e realizada a primeira sessão no dia 28 de agosto.

Tem-se procurado manter e elevar o nível artístico dos espetáculos apresentados no Teatro Municipal, dando oportunidades tanto a elementos estrangeiros como a artistas nacionais e buscando incentivar o desenvolvimento de atividades por parte dos Corpos Estáveis do mesmo Teatro.

Ainda no Municipal, teve lugar em agosto último, a inauguração do órgão, possível uma vez eliminadas as dificuldades que prejudicavam a fase final de instalação.

Com o intuito de incentivar a apresentação de espetáculos em bairros, cogita-se da recuperação e melhor aparelhamento dos teatros municipais

de bairro, ao mesmo tempo em que continuam sendo subordinadas atividades artísticas privadas, uma vez comprovado o nível dos teatros encenados.

Foram ultimadas negociações com o Teatro San Carlo, de Nápoles, para apresentação da Temporada Lírica do ano corrente e elaborou-se plano, já aprovado pelo Prefeito, para apresentação, em 1971, de uma Temporada Municipal de Ópera, da qual participarão, com exclusividade, artistas nacionais.

As Bibliotecas, à Discoteca, à Orquestra Sinfônica Jovem, à Escola Municipal de Música e, de modo geral, a tôdas as unidades do Departamento tem-se procurando dar atenção e apoio ressaltando a publicação do "Catálogo de Obras Raras da Biblioteca Mário de Andrade" (devido ainda ao esforço e dedicação do ex-diretor do Departamento, sr. Leonardo Arroyo) e a aquisição de 4.000 (quatro mil) livros do bibliófilo Pereira de Matos.

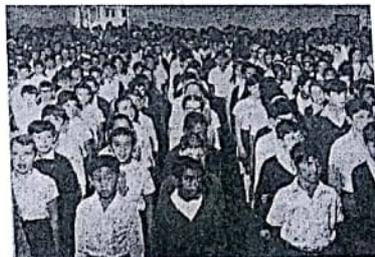
No que se refere a planos ligados ao Departamento de Cultura, caberá, talvez, mencionar ainda: consulta ao CEMEC, no sentido de conseguir definição de uma política pela qual se orienta a aquisição de livros para as bibliotecas da Municipalidade; instalação de um sistema de televisão de circuito fechado na Biblioteca "Mário de Andrade"; criação de um sistema de processamento de dados para controle e facilidade de consulta às bibliotecas municipais; montagem de espetáculos em bairros, para atingir mais amplas camadas da população e, enfim, intensificação geral das atividades do Departamento de Cultura.

Difundir cultura é, também, educar. Toda expressão de cultura — escultura, pintura, música, livro — tem, de modo consciente ou não intencional, sentido educativo. Essa breve observação empresta unidade aos dois setores aparentemente apartados com que se preocupa a Secretaria e justifica a própria estrutura e denominação da pasta municipal, cujas atividades, nestes últimos meses, foram passadas em revista que, apesar de superficial, terá alcançado seu objetivo se puder ser considerada esclarecedora.

De tudo quanto se projeta, o que há de mais ambicioso é, sem dúvida, um plano do currículo de oito anos a ser desenvolvido pelo Departamento Municipal de Ensino, tendo por palco o IMEP. A êsse respeito, desce a pormenores o Diretor daquele Departamento, prof. Paulo Nathanael Pereira de Souza, em exposição que se acha estampada nesta mesma Revista.

## Programa de ação para 1970

O Professor Paulo Nathanael Pereira de Souza, Diretor do Departamento Municipal de Ensino, apresentou ao prof. Paulo Ernesto Tolle o "Plano de Ação" daquele setor da Secretaria de Educação e Cultura correspondente ao biênio 1969-1970. Trata-se de um trabalho objetivo, realista, cuidadosamente elaborado, e através do qual são esclarecidos vários aspectos obscuros ou controversos sobre o problema do ensino na cidade de São Paulo. Esse "Plano de Ação" foi integralmente aprovado pelo Prefeito Paulo Maiuê, conforme despacho datado de 29 de agosto de 1969.



Senhor Secretário:

Tenho a honra de submeter à apreciação e à aprovação de Vossa Excelência, o documento anexo, que consubstancia o plano de ação do Departamento Municipal de Ensino para o biênio 1969-1970.

Os primeiros três meses de administração foram gastos na tomada de medidas de emergência, destinadas a colocar ordem e regularidade no verdadeiro caos em que se encontravam o Departamento e a rede de ensino. Não seria demais recordar que em abril havia entre 400 a 500 classes com alunos matriculados e sem funcionamento por falta de professores; os inspetores de ensino estavam desvinculados do Departamento e espalhados pelas Administrações Regionais; os professores concursados não haviam assumido exercício, porque a administração não conseguira equacionar o destino dos professores substitutos, grande parte deles considerando-se estáveis e inamovíveis; os prédios escolares cedidos no período noturno ao Estado para funcionamento de ginásios, a reclamar providências ante a vandálica depredação a que vinham sendo submetidos sistematicamente; as medidas administrativas andavam sujeitas a critérios políticos e a pressões de grupos, o que gerava indisciplina, confusão e insegurança em toda a rede.

Corrigidas essas distorções todas, por via de ação enérgica e calcada em critérios impessoais, que teve, diga-se de passagem, total cobertura de Vossa Excelência e do Senhor Prefeito Municipal, podemos afirmar que, hoje, às vésperas do início do 2.º semestre letivo, a rede já dispõe das con-

dições mínimas de funcionamento regular: reorganizado o sistema de inspeção, inclusive com a instalação das quatro Coordenadorias Regionais de Educação; empossados e dado o exercício aos professores aprovados no Concurso de ingresso; remanejados os professores substitutos, em concurso público e feito com toda a lisura; vencidos os mandados de segurança impetrados contra essa medida; desmoralizados e aquietados os agitadores do professorado; colocadas em funcionamento as classes que aguardavam docentes; esvaziadas as decisões superiores da ingerência política; realizada a maior pesquisa de dados da história do ensino municipal, com o levantamento total da situação da rede em todos os seus aspectos: prédios, professores, alunos, pessoal administrativo e material; prorrogado o primeiro semestre letivo até 19 de julho; instituída a educação moral e cívica como atividade regular e obrigatória da escola; firmados os Acórdos de Cooperação Técnica e Administrativa entre o Estado e o Município. O mês de julho pôde ser dedicado ao planejamento de algumas realizações a serem desenvolvidas no decorrer deste segundo semestre e de todo o ano de 1970. Os objetivos básicos de uma política educacional e a programação de projetos dela decorrente constituem o conteúdo do documento anexo, para cujo desenvolvimento e cuja divulgação solicitamos vênua da parte de Vossa Excelência e do Senhor Prefeito Municipal.

Respeitosamente,

*Paulo Nathanael Pereira de Souza*  
Diretor do Departamento Municipal de Ensino

# Grandes inovações no sistema educacional

## 1 — DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS

A educação de base deve preocupar-se, numa área metropolitana, como São Paulo, com dois objetivos fundamentais a serem atingidos pela ação pedagógica:

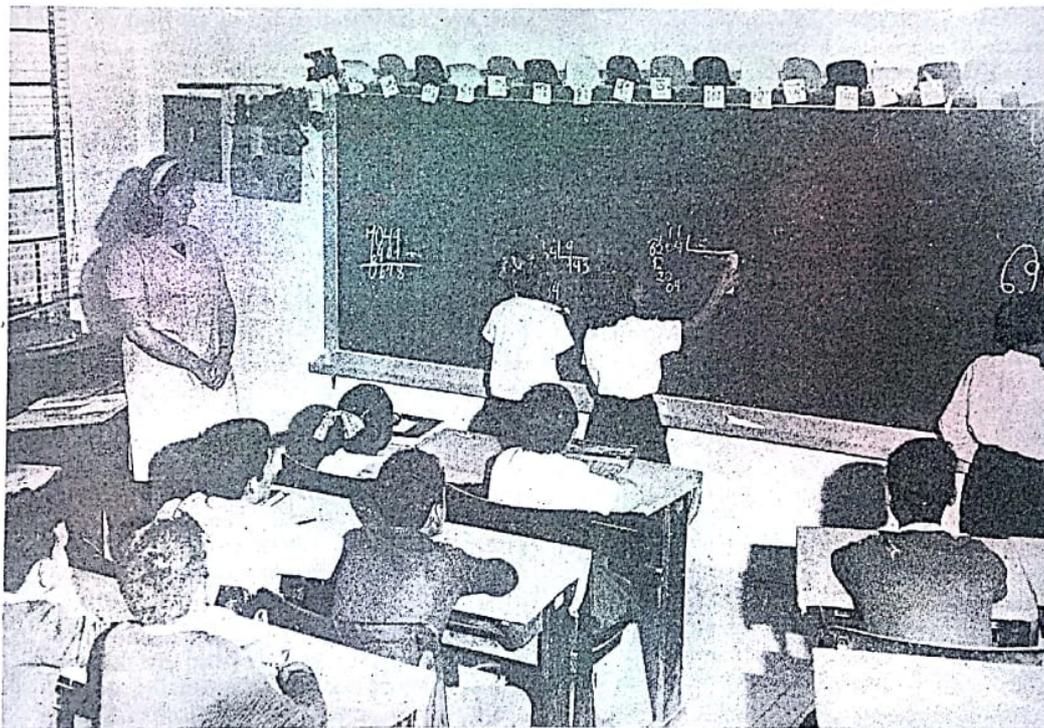
I — Extensão da escolaridade para a população em idade escolar;

II — Qualificação do ensino ministrado pelas escolas.

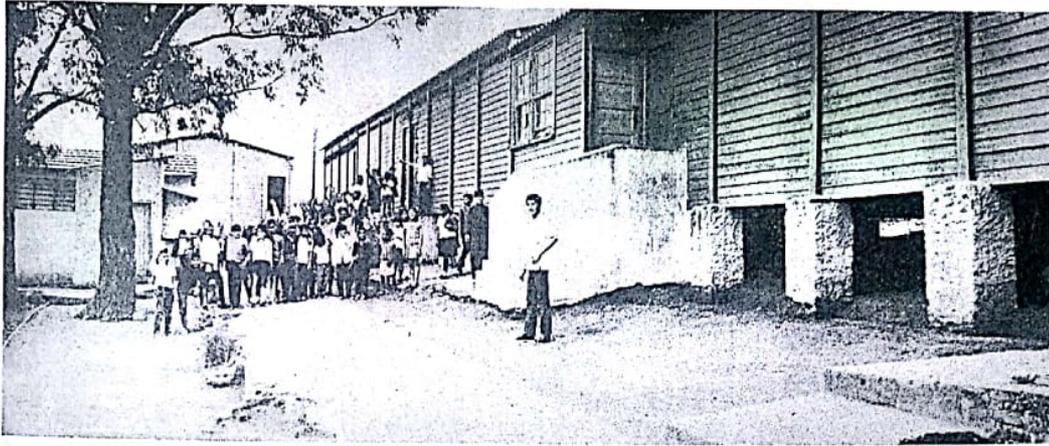
I — A extensão ideal de escolaridade seria a de oito anos, através da escola integrada verticalmente, pelo acesso automático do aluno às séries subsequentes, uma vez satisfeitas as condições de aprovação na série em que se encontra matri-

culado, e, horizontalmente, pela utilização das técnicas de fusão, globalização e coordenação curricular. Essa escola, que será a meta ideal a ser atingida a longo prazo pelo Ensino Municipal, será ensaiada, a partir de 1970, pelo IMEP (Instituto Municipal de Educação e Pesquisa), conforme plano já elaborado e em vias de publicação.

Como a clientela das escolas municipais, em grande parte, não dispõe de condições sociais e econômicas que lhe possibilite o acesso a estudos além da escola primária, não será possível esperar que a experiência da escola de oito anos comprove a sua validade para ser multiplicada pela rede e dar atendimento escolar mais completo a essa clientela. É preciso dar solução imediata ao problema, quer pelo aumento de horas-



Equipar as escolas com material áudio-visual é objetivo anunciado pelo Prefeito Maluf.



O famoso barracão, que já prestou bons serviços, vai desaparecer, para sempre, do cenário da cidade.

aula por turno escolar, nas escolas de quatro anos, quer pela reorientação dos objetivos das classes de 5.º e 6.º anos, onde existem, quer pelo cumprimento rigoroso em todos os casos, da exigência legal do ano letivo de duzentos dias.

No caso das escolas de quatro anos, que constituem a maioria absoluta da rede de ensino municipal, estão sendo tomadas providências no sentido de todas elas funcionarem, ainda em 1969, em dois turnos de quatro horas cada. Há pouquíssimas em três períodos, umas 15, e há possibilidade, com a inauguração de vários prédios escolares em fase de conclusão, de conduzi-las ao regime de dois períodos. Por outro lado, ensaiar-se-ão algumas tentativas experimentais de, em unidades de ensino piloto, chegar-se, em 1970, a dois períodos de aula para a mesma turma de alunos (dia escolar de 6 horas).

No caso das escolas que dispõem de classes de 5.º e 6.º anos em funcionamento, há que redefinir os seus objetivos para que realmente venham a significar extensão de escolaridade básica e não apenas meio de matar tempo dentro da escola. A redefinição implicará, necessariamente, numa organização paraginásial, correspondente ao "status" de 1.ª e 2.ª séries, e deverá dar aproveitamento ao equipamento de iniciação para o trabalho já existente nessas unidades.

II — Quanto à qualificação do ensino, deve ser entendida como uma tentativa de adequação da ação pedagógica ao tipo de educando a que se dirige. Verificado, dos pontos de vista sócio-econômico e psico-somático, quem é o cliente da escola primária municipal — e o Departamento de Assistência Escolar desenvolve, hoje, um programa conjunto com o E.M., para chegar-se à definição — poder-se-á reformular o currículo

escolar e reorientar o uso de técnicas de ensino, no sentido de estruturar uma escola capaz de desenvolver o educando no limite das suas capacidades e dotá-lo dos recursos exigidos para a sua atuação na sociedade em que vive e poderá vir a viver.

A educação de base é aquela que se capacita a, no período de formação e maturação da personalidade, desenvolver todas as potencialidades do educando, dando-lhe a chamada educação integral: física, intelectual, social e afetiva. Para tanto é mister que a escola receba todos os alunos e atue na medida de cada um. Ora, a escola que se arroga essa missão é a que serve exatamente a faixa etária dos 7 aos 14 anos, o que corresponde a oito anos de escolaridade contínua, conforme, aliás, preceitua a Constituição Federal de 1967, que no inciso II do artigo 168, diz:

"O ensino dos 7 aos 14 anos é obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos primários oficiais."

## 2 — PROGRAMAÇÃO

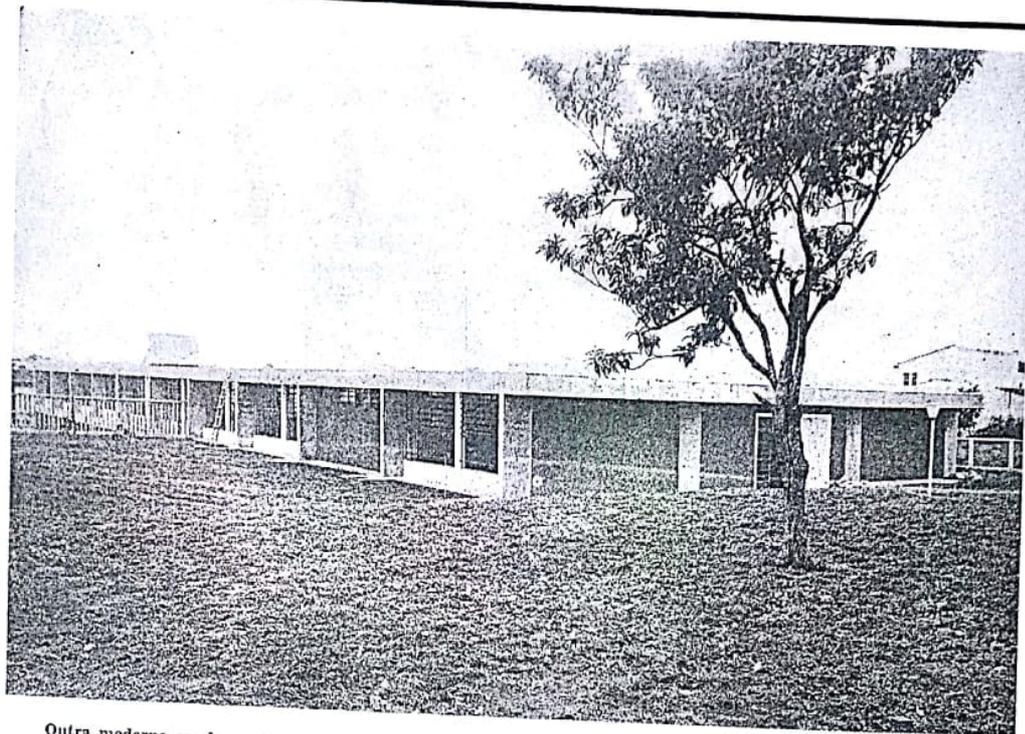
Para atingir-se os propósitos da política educacional definidos na parte inicial deste documento, impôs-se o equacionamento de uma programação de doze itens, que se constituirão em outras tantas prioridades, todas intimamente amarradas entre si, de maneira a proporcionar grande unidade de ação ao Departamento. Cada item gerará um projeto, onde se desenvolverão os aspectos legais, técnicos e financeiros que o problema deverá envolver e se fixarão as medidas a serem tomadas a curto, médio e longo prazo, para a sua execução.



Em substituição no barracão, surgiram prédios modernos como este, no Jardim Ubirajara, com grande capacidade.

Incluindo medidas de natureza tanto quantitativa, quanto qualitativa de interesse do ensino, os itens da programação proposta são os seguintes:

- A. Dotar todos os estabelecimentos do ensino municipal de prédio de alvenaria e extinguir, por completo, os galpões de madeira. Esta meta será alcançada ainda no ano em curso, com o término das obras em andamento e a execução do plano de construções concertado entre a Secretaria de Educação e Cultura e o PREF. C. E. (Construções Escolares).
- B. Colocar todas as escolas municipais em dois turnos de funcionamento, com quatro horas de aulas cada um. Em 1970 não haverá um só estabelecimento municipal em regime de trespdobramento.
- C. Reformular o Ensino Complementar (5.º e 6.º anos), dando-lhe conceituação adequada e objetivos definidos, a fim de avizinhá-lo do ensino ginásial (1.ª e 2.ª séries) e possibilitar aos seus frequentadores a utilização do benefício previsto na Lei de Diretrizes e Bases, artigo 36.
- D. Criar um modelo de escola de oito anos, capaz de dar escolaridade básica a alunos dos 7 aos 14 anos, sem solução de continuidade entre os níveis de ensino primário e ginásial. Esse tipo de escola que não existe ainda no Brasil será planejado, experimentado e avaliado pelo IMEP (Instituto Municipal de Educação e Pesquisa), instalado provisoriamente na rua Humaitá.
- E. Equipar todas as unidades escolares de material atualizado que inclua recursos audiovisuais, para melhor instrumentação dos professores em seu trabalho.
- F. Reestudar os problemas ligados à Assistência Escolar, no que toca ao atendimento das necessidades do educando, nos aspectos de saúde, alimentação, material de consumo, material escolar, etc.. Nesse sentido, o Departamento Municipal de Ensino realiza pesquisas e ensaia medidas em colaboração com o Departamento de Assistência Escolar.
- G. Regularizar as matrículas, fazendo com que a faixa etária do educando coincida sempre com a série em que deveria estar matriculado (7 anos: 1.ª série - 8 anos: 2.ª série - 9 anos: 3.ª série - 10 anos: 4.ª série, etc.). Para tanto, serão desenvolvidos estudos sobre as causas da repetência e da evasão, a fim de se eliminarem do ensino municipal estes dois fantasmas.
- H. Instituir o treinamento sistemático do pessoal do ensino através da realização de cursos de atualização pedagógica para diretores e professores, e a montagem de instrumentos de assistência técnica permanente às escolas.
- I. Construir, equipar e operar quatro Centros de Treinamento e Pesquisa do Ensino Municipal (CTPEM) para atendimento dos objetivos do item anterior. Os primeiros projetos nesse sentido já estão sendo desenvolvidos em conjunto pelo Departamento Municipal de Ensino e o PREF. C. E..



Outra moderna escola, recém-inaugurada pelo Prefeito Maluf. O objetivo é que nenhuma criança fique sem escola.

- J. Incentivar o ensino técnico, quer diretamente, pelo aprimoramento do Colégio Comercial Municipal, quer indiretamente, por meio de escolas e campanhas a serem mantidas em convênio com entidades outras, oficiais ou particulares.
- L. Reestruturar o Departamento Municipal de Ensino, para adequar sua estrutura administrativa aos propósitos da política educacional e desta programação, através da modificação da Lei 7.037/67. Dotar o Departamento de sede condigna, capaz de propiciar ambiente de trabalho mais higiênico e inspirador que o atual.
- M. Valorização profissional do pessoal do ensino, através de medidas que quantifiquem suas tarefas, qualifiquem sua produtividade e proporcionem adequada retribuição em vencimentos e prestígio às novas exigências que se lhe farão.

### 3 — RECURSOS

A programação proposta, neste documento, pelo Departamento Municipal de Ensino, exigirá, para sua execução, a mobilização de recursos técnicos, humanos e financeiros. Para isso, já estão sendo tomadas as seguintes providências preliminares:

- a) Vinculação dos projetos ao orçamento-programa elaborado para o exercício de 1970 e reaproveitamento dos saldos de verba do orçamento do exercício anterior.
- b) Formação de grupos de trabalho para o lineamento e o desenvolvimento dos projetos correspondentes a cada item da programação proposta.
- c) Estudos dos textos legais vigentes na área municipal, a fim de minutar as alterações exigidas pela execução de cada um dos projetos.

São Paulo, 31 de julho de 1969

*Paulo Nathanael Pereira de Souza*  
Diretor do Departamento Municipal de Ensino

## Capítulo I

### CONSIDERAÇÕES GERAIS

Talvez jamais tenha a Educação enfrentado, em momento algum de toda a história da humanidade, tão grave missão como a que lhe cabe em nossa época: a de, como elemento equilibrador, acompanhar o ritmo de desenvolvimento que, de modo vertiginoso e incontrolável, foi imprimido às demais áreas da cultura.

Deve ela preparar o Homem para que não se estarreça diante de sua própria obra, mas, no momento mesmo em que se debruça sobre o problema da escolha dos meios mais eficazes para cumprir sua tarefa, novas transformações vão tendo lugar, tornando sempre inesgotáveis suas possibilidades de ação. Absurdo seria pretender que a Educação assumisse uma feição de tarefa pronta, onde nada mais pudesse ser acrescentado ou suprimido, porém é necessário que jamais cesse de concentrar seus esforços no sentido de diminuir o mais possível a disritmia inevitável que normalmente se estabelece entre ela e as demais áreas da cultura.

No Brasil este problema assume caráter bastante complexo: as regiões são culturalmente bastante diversificadas, reclamando soluções educacionais compatíveis com seu grau de desenvolvimento. Em São Paulo, por exemplo, o progresso econômico, social, científico, político, artístico e de outras áreas, passou a exigir uma preocupação crescente com a educação e, aqui, o dispêndio de recursos com esta vai, pouco a pouco, sendo compreendido no seu correto sentido de investimento.

Se formos examinar o problema educacional de nosso Estado, partindo de seu aspecto formal e se, mais precisamente, iniciarmos esse exame pela Escola Primária, verificaremos que ela tem se mostrado inadequada quanto aos seus objetivos, métodos, currículos e programas, levando a uma situação, evidenciada pelas estatísticas, em que, a par de um crescimento numérico de matrículas no primeiro grau, coexiste um decréscimo bastante significativo do coeficiente de matrícula ao longo da faixa escolar primária. Os alunos que, então, deixam a escola, ou aguardam ociosamente a idade ideal para o trabalho ou iniciam-se em atividades profissionais escolhidas ao acaso das oportunidades.

Aquêles que concluem o Curso Primário, defrontam-se com novas dificuldades: a "formação geral", que a generalidade de nossas escolas primárias lhes dá, é insuficiente para prepará-los adequadamente para ajustar-se à complexidade da vida moderna. Quando se dirigem para a escola secundária, seu esforço de adaptação não

é menor, devido às profundas diferenças existentes entre esses dois níveis de ensino. Tudo isto vem dificultar, inclusive, o cumprimento da Constituição vigente que, em seu artigo 168, diz: "O ensino dos sete aos catorze anos é obrigatório para todos..."

Para a solução do problema de inadequação intrínseca dos cursos primários e secundário, bem como da articulação entre eles, muitas tentativas têm sido feitas. Estas, contudo, não lograram, por enquanto, obter um melhor entrosamento, nem resolveram o problema da extensão da escolaridade básica. A reforma do Ensino Primário que ora se processa em nosso Estado, não nos fornece, ainda, perspectivas suficientes para uma segura avaliação de seus resultados e não podemos prever até que ponto serão elas eficazes como solução para os mencionados problemas.

No âmbito da Escola Secundária, a Secretaria de Educação do Estado iniciou uma política educacional de democratização através de exame de admissão menos exigente e ampliação da rede escolar de forma a oferecer, aos aprovados, garantia de vaga. Esta democratização tem contribuído efetivamente para que a escola secundária perca, cada vez mais, seu caráter de "escola de elite". Também objetivos, métodos e currículos têm sido objeto de revisões.

Acreditamos que as reformas introduzidas nesses dois níveis de ensino contêm, em si, medidas de relevante importância para a educação, mas é provável que, por terem sido feitas isoladamente, sem que fizessem parte de um mesmo processo, não possam eliminar o hiato existente entre eles. Necessário seria que houvesse, não duas linhas de reforma, mas uma única, que resolvesse a problemática em seu conjunto.

Assim, o planejamento pedagógico abrangeria, numa sequência contínua e harmônica, toda a faixa etária dos 7 aos 14 anos, como um todo sem que ocorresse uma fragmentação neste período tão importante do desenvolvimento escolar. Este planejamento, obviamente, traria implícita em si a necessidade de um adequado preparo do professorado, tanto de um nível, como de outro, onde fosse enfatizada a importância de uma visão mais estante, mas global do problema.

Creemos que, desta forma, seria superada a maior parte dos obstáculos que entravam nesse desenvolvimento educacional, pela eliminação, por exemplo, da traumática experiência dos exames de admissão, das diferenças de organização e estrutura, de toda a problemática delas decorrente,

assim como, de uma fragmentada visão pedagógica. Os professores, amparados numa visão ampla do processo educacional, teriam condições para melhor interiorizar objetivos propostos, condição essencial para que se leve a bom termo qualquer experiência, pois que é somente a partir de um pleno conhecimento e real aceitação dos fins e objetivos a serem atingidos, que se faz possível uma escolha inteligente dos meios de ação mais eficazes.

Todos os países, mesmo aqueles que se encontram altamente desenvolvidos, envidam esforços, cada vez maiores, no sentido de reajustar a área da Educação, em seu aspecto formal, às demais áreas de sua Cultura. Esta tarefa, como se sabe, não é fácil; é possível que o fenômeno "décalage" seja inalienável. Cada país deve, pois, promover o maior número possível de experiências, objetivando sempre uma solução satisfatória do problema educacional.

Eis porque a Secretaria de Educação e Cultura do Município de São Paulo resolveu iniciar no ano de 1970, uma nova experiência, propondo uma escola de oito anos, onde serão desenvolvidas atividades coordenadas vertical e horizontalmente. Pretende, com esta experiência, testar um novo esquema de escolaridade básica, propondo medidas que possam reduzir a porcentagem de evasão escolar, que exclua os inconvenientes dos exames de admissão e das diferenças de estrutura, currículos, métodos e objetivos, que a escola primária e secundária guardam entre si. Esperamos que esta Escola venha trazer, para a rede do Ensino Municipal benefícios a longo e a curto prazo, na medida em que grande parte da experiência realizada nos seus dois primeiros níveis, possa ser aplicada nas escolas primárias do Município e na medida em que ela, como um todo, como escola de oito anos, traga suficiente segurança para a ampliação da experiência.

O IMEP será, desta forma, um "laboratório pedagógico" da Secretaria de Educação e Cultura do Município de São Paulo, que, pela complexidade de seu organismo social, reclama um especial e crescente cuidado com o aspecto educacional.

## Capítulo II OBJETIVOS

### II.1 — Gerais

- 1.0) Desenvolver atividades pedagógicas integradas, contínuas e progressivas, que possam atender às características bio-psico-sociais da criança na faixa escolar dos 7 aos 14 anos;

- 2.0) Garantir, no âmbito da escola, pela organização e desenvolvimento de suas atividades, a consecução dos fins e objetivos propostos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Lei do Sistema Estadual de Ensino e no Código de Educação;
- 3.0) Favorecer a opção vocacional consciente, coerente e oportuna;
- 4.0) Experimentar métodos, técnicas, currículos, programas e processos de avaliação da aprendizagem que possam ser aplicados à rede de Ensino Municipal.

### II.2 — Específicos

- 1.0) Desenvolver a iniciativa da criança e do adolescente;
- 2.0) Dar condições para que o jovem faça uma escolha crítica de ação;
- 3.0) Desenvolver a criatividade;
- 4.0) Oferecer condições para que a criança e o adolescente desenvolvam suas capacidades de expressão e comunicação;
- 5.0) Propiciar condições para o ajustamento social e o desenvolvimento da solidariedade nacional e internacional;
- 6.0) Ajudar o jovem a estabelecer uma hierarquia de valores mais perenes;
- 7.0) Dirigir a aprendizagem no sentido de dar à criança e ao adolescente uma dimensão espiritual que o afaste de uma concepção mecânica da vida;
- 8.0) Desenvolver nos alunos, sensibilidades para os valores éticos e estéticos;
- 9.0) Dar ao educando possibilidade de desenvolvimento do espírito científico;
- 10.0) Possibilitar ao jovem a percepção da unidade de todas as áreas da cultura e da natureza.

## Capítulo III NÍVEIS DE ENSINO CURRÍCULO

### III.1 — Níveis de Ensino

O período escolar de oito anos será dividido, para efeito de controle, em quatro níveis: I, II, III e IV, cada qual com a duração de dois anos.

O nível I será iniciado por crianças com sete anos completos ou a serem completados no de-

correr do ano letivo. Assim, as idades correspondentes a cada nível serão, aproximadamente:

- Nível I — 7 e 8 anos
- Nível II — 9 e 10 anos
- Nível III — 11 e 12 anos
- Nível IV — 13 e 14 anos

### III.2 — Fundamentos do currículo

A proposição de um currículo pressupõe uma opção prévia de uma dada filosofia de educação, bem como a eleição de uma teoria psicológica capaz de garantir o êxito na obtenção dos fins e objetivos propostos.

A época em que vivemos não nos permite improvisações em nenhuma área da cultura, especialmente na da Educação. Para o trabalho educacional faz-se necessária, pois, uma fundamentação filosófica e psico-pedagógica, que possa garantir seu êxito.

Desta forma, para a elaboração do currículo, entendido como o conjunto de todas as atividades desenvolvidas na escola e pela escola, é necessário que, a priori, se coloquem três questões fundamentais:

- 1.a) Qual o tipo de formação que se pretende para a criança e para o adolescente?
- 2.a) Quais as suas características psicológicas?
- 3.a) Quais os meios de que a escola se valerá para a obtenção dos fins e objetivos propostos?

Procuraremos, no presente plano, dar nossa resposta a cada uma dessas questões.

1.a — Se, para respondermos à primeira, dissessemos que a escola deve propiciar a formação do jovem para uma sociedade democrática, imprimindo-lhe o princípio da liberdade e o ideal da solidariedade humana, estaríamos dando uma resposta correta, coerente com a lei de nosso país, mas, estaríamos oferecendo, indubitavelmente, uma resposta um tanto vaga.

No âmbito escolar tais conceitos têm sido, não raro, profundamente desvirtuados. Eis porque preferimos dar à exposição de nosso pensamento um caráter mais detalhado.

A idéia de liberdade, já defendida por Rousseau, Pestalozzi, Froebel, Montessori e outros filósofos e educadores, é um dos princípios mais apregoados pela educação renovada e, talvez, o mais distorcido. Sua importância foi tal, que pela sua profunda relação com a idéia de atividade, inspirou o nome de "Escola Ativa" a este movimento renovador. A atividade na escola, com o propósito de constituir-se um meio para a

obtenção do sentido da liberdade, merece na verdade uma colocação clara de seu significado e dimensão. Se a educação se propõe à formação da personalidade integral da criança e do adolescente, como lograr atingir este propósito senão pela dinamização dessa mesma personalidade?

A atividade, contudo, não pode ser confundida com a movimentação, como observa Risieri Frondizi em "Las nuevas ideas pedagógicas y su corrupción". A primeira, quando dirigida para objetivos claros e válidos, é educativa; a segunda, quando feita ao acaso ou como um fim em si mesma, é com frequência, deseducativa.

Como distinguir uma da outra? A atividade pressupõe participação e esta é fundamentalmente psicológica, podendo ou não acarretar uma atividade física. Na verdade, "o fazer deve estar a serviço do aprender" e, à medida em que a criança se desenvolve, será menos necessário, para a aprendizagem, que a atividade física acompanhe a psicológica; isto porque as ações sobre objetos vão se tornando cada vez mais interiorizadas. A teoria piagetiana de psicologia, que nos parece válida como sustentação da experiência pedagógica nos termos que ora propomos, fala da continuidade do processo cognitivo que caminha de uma inteligência sensorial-motora até a reconstrução do mundo, através do pensamento hipotético-dedutivo, próprio do adolescente e do adulto. A atividade pressupõe, portanto, a experiência pessoal, que converte o que aprende em elemento assimilável, em parte, pela própria personalidade.

A ação humana, diz ainda Piaget, "consiste em um movimento contínuo e perpétuo de reajustamento e equilíbrio. Cada fase do desenvolvimento constitui novas formas de equilíbrio, resultante das fases precedentes". Nas várias fases, com estruturas variáveis, a criança tem diferentes necessidades e interesses que dependem, a cada momento, do conjunto das noções já adquiridas e de suas disposições afetivas. Assim, em todas as idades, há interesses e necessidades que tendem a incorporar coisas e pessoas à atividade própria do sujeito (assimilação do mundo exterior) e a reajustar as estruturas em função das transformações ocorridas (acomodação das estruturas aos objetos externos). Como resultante disto, a vida mental e orgânica tende a assimilar progressivamente todo o meio ambiente. "O desenvolvimento mental, aparecerá, então, em sua organização progressiva, como uma adaptação cada vez mais precisa à realidade. (Jean Piaget — Six Études de Psychologie).

E' portanto, coerente com a Psicologia Genética de Piaget, propor-se na escola, atividades oportunas, progressivas e adequadas à estrutura psicológica daquele que aprende, bem como às suas necessidades e interesses. Cabe ao educador,

no entanto, uma preocupação que foge à alçada do psicólogo: a de dirigir esta atividade para fins e ideais educacionalmente válidos.

O trabalho pedagógico não deve ser feito ao sabor dos interesses casuais, frequentemente superficiais e passageiros, do educando. Ao contrário, deve basear-se em interesses mais profundos e perenes, que, cultivados com acerto, são geralmente os mais preciosos. Há inúmeros cursos metodológicos que o professor pode usar para despertar estes interesses sem cair na inposição e na rigidez, sem deixar, contudo, que o trabalho pedagógico se processe de maneira alentória e desorientada em função, por exemplo, de ocorrências fortuitas, que atraíram apenas momentaneamente a atenção dos alunos.

Parece haver em nossa época, por parte de muitos educadores, uma hesitação, quando se fala em valores. Os próprios seguidores da educação progressista têm sofrido severas críticas por equacionar o trabalho pedagógico, teórica ou praticamente, em função da atividade quase que como um fim de si mesma, evidenciando a ausência de uma axiologia que lhe imprima uma direção.

Creemos que todo educador consciente deve ter presente os fins e ideais da educação em cada um de seus atos. A realidade educacional brasileira tem se mostrado caramente disto. Uma pesquisa realizada pelo professor José Augusto Dias, entre os professores do ensino médio, revela que estes deixam muito a desejar quanto à interiorização dos fins e objetivos reais do ensino e da educação. Ocorre, não raro, que tais fins e objetivos ficam apenas nos regimentos das escolas, sem que haja qualquer correspondência entre eles e o trabalho pedagógico realizado. Ocorre

também que sejam propostos de modo tão geral e impreciso, sem referência aos valores a serem considerados no processo educacional, que torna a escolha dos meios para atingi-los bastante difícil.

É possível, inclusive, que esta hesitação diante do problema dos valores educativos, em nome do respeito à "liberdade de opção", do "acelerado progresso de nossa época, que acarreta mudanças muito rápidas", tenha grande parcela de responsabilidade pela desorientação axiológica de muitos jovens, assim como pelo encerramento de outros em esquemas fixos, que não se atrevem a adequar.

Eis porque colocamos como um dos objetivos específicos do trabalho que pretendemos realizar a ajuda ao jovem no estabelecimento de uma hierarquia de interesses em função de uma hierarquia de valores mais perenes.

Desde a mais antiga civilização a que se refere a história, até nossos dias, o homem teve um quadro de valores e, dentre estes, muitos mantiveram-se constantes através dos tempos, ainda que não na mesma posição hierárquica e com conotações culturais variadas: A justiça, o trabalho, a honestidade, a solidariedade, a equanimidade, o amor, a beleza, a liberdade, a igualdade entre aqueles que desistiram os séculos.

Assim sendo, o currículo que propomos encerra áreas de atividades dirigidas para propósitos claros e definidos, sendo que, em momento algum, será deixada de lado a problemática dos valores. Esperamos que na prática escolar, os alunos possam adquirir a mais ampla dimensão da liberdade, entendida no âmbito da escola, como liberdade de ter idéias e crenças e saber expressá-las, liberdade de colocar propósitos para si



A escola integrada eliminara o hiato que, às vezes, se verifica entre o primário e o ginasial, com milhares de crianças interrompidas os estudos.

mesmo, liberdade de discordar da maioria. liberdade para ouvir críticas e saber avaliá-las com serenidade, liberdade para preferir algumas atividades a outras, enfim, que adquiram a liberdade psicológica, que em nenhuma circunstância pode ser confundida com desordem, liberalidade ou licenciosidade.

2.a — Para responder a segunda questão formulada no início deste item, ou seja, quais as características psicológicas da criança e do adolescente, devemos dizer que toda a caracterização do educando e dos fatores que promovem a aprendizagem, dependem de uma opção prévia por uma teoria em Psicologia. Na resposta à primeira questão já declaramos nossa opção pela Teoria Psicoanalítica de Jean Piaget, pois parece-nos ter encontrado nela, base segura para o alicerçamento dos objetivos do trabalho "experimental" que pretendemos realizar.

A primeira e mais ampla característica psicológica do ser que aprende é a unidade. As funções que utiliza no processo de aprendizagem igualmente possuem uma estrutura unitária, embora esta varie de uma fase para outra do desenvolvimento. Mas, em qualquer fase, o indivíduo para aprender necessita, na expressão de Roger Bertrand, de um "Instrumental da mente", cuja aquisição deve ser um dos objetivos do currículo. "Este instrumental implica: a) formas de pensamento que levem ao desenvolvimento quer seja por indução, por raciocínio dedutivo ou raciocínio indutivo-analógico; b) métodos de pensamento, caracterizados pela capacidade de aplicação da análise e da síntese. A aquisição desse instrumental é possível através de todas as áreas e disciplinas do currículo" (Angel Diego Marques, in Revista de Pedagogia, no 19/30), pois é a inteligência que resolve um problema matemático, compreende uma peça de teatro ou conhece a estrutura e a organização de um sistema industrial ou comercial; sistemas idênticos de pensamento são utilizados na aprendizagem de áreas ou disciplinas variadas.

Desta forma, segundo Piaget, as estruturas se desenvolvem em um processo contínuo que tende a um equilíbrio cada vez maior e mais móvel. Cada esquema operatório é, pois, parte integrante de esquemas mais complexos e perfeitos. Para ele, toda aprendizagem parte de esquemas anteriores do indivíduo, proporcionando um enriquecimento desses esquemas pelo processo da assimilação. Dirigir a aprendizagem é, portanto, mobilizar esquemas operatórios que promovam a assimilação. Na aprendizagem não se processa um registro simples da experiência mas sim uma assimilação que é feita pelo sistema total dos esquemas nos seus aspectos cognoscitivos e afetivos.

3.o — Estas ideias tornam a forma concreta e poderão responder à terceira questão, através da dinâmica que será inserida nas áreas

e disciplinas que compõem o currículo da escola, o qual se apresentará concentrado nas grandes áreas de Comunicação e Expressão, Estudos Sociais, Iniciação às Ciências e Estrutura de Trabalho na Comunidade, sendo esta introduzida apenas no nível IV.

Estas grandes áreas aparecerão indiferenciadas no Nível I, no qual se entrelaçará a adaptação do aluno às atividades escolares e a iniciação ao aprendizado de instrumentos básicos de comunicação. Solteiro uma diferenciação no Nível II, sempre em termos de áreas e não propriamente de matérias; a diferenciação destas far-se-á nos Níveis III e IV, embora se mantenha sempre uma integração de conteúdos, através de atividades conjuntas e, é claro, do espírito, que acompanhará todo trabalho realizado. Assim, se existe uma continuidade no desenvolvimento adaptativo que tende ao equilíbrio entre o organismo e o meio, esta será mantida no processo educativo a ser entendido nesta estrutura do currículo de oito anos, possibilitando então, o controle da progressão bio-manual e afetivo-social da criança. A esta apresentará-se problemas que estimulem a passagem aos estágios seguintes do seu desenvolvimento, sem necessidade de soluções de continuidade, especialmente nesta fase de 11-12 anos, em que se dá o desabrochamento da puberdade, fase já por si difícil para o ser humano em suas implicações bio-socio-psicológicas; contudo, ainda, que e neste mesmo período de escolarização que se constata um ponto crítico do desenvolvimento mental: a passagem da fase das operações concretas para a das operações formais. Uma continuidade escolar favorece um melhor acompanhamento do educando, razão de ser de todo um processo educacional, proporcionando-lhe um rendimento amplo neste período já tão dilatado para ele. Seu acompanhamento contínuo nesses quatro níveis favorecerá um conhecimento mais adequado de suas necessidades tornando possível uma melhor organização de atividades que sobre elas se assentem, uma vez que a toda ação corresponde uma necessidade e existem determinadas necessidades relativas a toda esta faixa de escolarização, num encadeamento contínuo.

Desta forma, no Nível I a criança exercitar-se-á numa série de atividades de manipulação, classificação e ordenação, de modo a esclarecer as operações concretas básicas de razão, multiplicação, inclusão e ordenação serial, e no processo de alfabetização, acompanhando os esquemas operatórios possíveis a esse período. No Nível II a inteligência ainda é caracterizada pelas operações concretas, mas já em um nível mais complexo. E, no entanto, ainda, uma fase de operações concretas que envolve a solução de situações novas através da utilização de esquemas já pre-estabelecidos. As operações possíveis nesse período se tornam cada vez mais interiorizadas, constituindo sistemas de conjuntos susceptíveis

de composição e revisão e, no final deste nível dar-se-á o início da passagem das operações concretas para as formais. Então o trabalho na escola adquirirá o caráter de criar condições para que a mente da criança esteja capacitada a operar em seguida com proposições hipotéticas.

No Nível III dá-se a passagem propriamente dita das operações concretas para as abstratas. É um ponto crítico no desenvolvimento mas não uma ruptura no processo: ao contrário, é o esboço de toda uma atividade que vem se estruturando desde o nascimento, sem interrupções. A continuidade deste processamento deverá caracterizar uma continuidade na educação que, já neste nível, reclamará o uso de algumas operações lógicas, culminando no Nível IV com o plano amplo a este tipo de operação, abrindo para a criança o caminho da utilização ampla de modos de pensamento conceptualmente mais adequados. Com a libertação do concreto, já em fase de pensamento hipotético-dedutivo, o adolescente é capaz de formular teorias e suas operações se realizam no setor da lógica, manifestando-se pelo julgamento, crítica, análise, conciliação, etc. Caberá à escola atuar em cada momento adequando a utilização das operações convencionais, estabelecendo o máximo possível de correlação entre o desenvolvimento de atividades escolares e o desenvolvimento da criança. Não estamos, com isso, pretendendo afirmar que o desenvolvimento seja uma seqüência rígida e cronométrica, mas apenas que éle guarda, em linhas

gerais, um certo ritmo que deve servir de ponto de referência no planejamento das áreas e disciplinas, estas inseridas no contexto sócio-cultural que envolve a escola.

Talvez, também, seja necessário esclarecer que ao falarmos de estrutura mental, operações, sistemas ou conjuntos, não estamos nos limitando nestes conceitos a um intelectualismo puro e simples, mas que trazem consigo a conotação ampla que Piaget lhes deu, na qual o intelectual e o afetivo são indissociáveis. Todos estes conceitos se referem, para nós, à estrutura complexa do indivíduo, considerado em todos os seus aspectos, pois tomá-los em separado seria querer cortar o homem em várias partes, esperando que continuasse vivo e inteiro em cada uma delas. Tomamos a estrutura do pensamento piagetiano no seu sentido mais lato, onde cada termo refere-se a um conjunto de elementos e não a um só deles. Nesse sentido, para nós, vida intelectual e afetiva, acham-se intimamente associadas, e, como decorrência delas, também a vida social.

Para as considerações feitas, cremos ter mostrado nosso empenho em promover uma linha de coordenação, tanto vertical como horizontal, das áreas do currículo. Vertical, porque todas as atividades, em cada área, obedecem a uma organização progressiva, sem solução de continuidade: horizontal, porque em cada grau, as atividades das várias áreas estarão, tanto quanto possível, integradas. Esta coordenação será feita, não apenas em função de conteúdos a serem assimilados, mas também em função de métodos e técnicas de trabalho assim como de atitudes.

No que diz respeito às áreas do currículo, propomos para os Níveis I e II um sistema de coordenação por "fusão", entendendo-se por esta designação a eliminação das linhas divisorias entre disciplinas afins, cujos conteúdos serão agrupados em um só curso.

Nos Estados Unidos este sistema de coordenação é bastante usado, emanando o fator de fusão das áreas de uma concepção funcionalista de educação. O currículo que ora apresentamos inclinou uma adaptação deste sistema, visto que, os fundamentos psicopedagógicos e filosóficos de nosso trabalho diferem dos daquele país. Usamos como fatores de fusão das disciplinas, os grupos de valores expressos nos fins e objetivos propostos. Tivemos ainda a intenção de possibilitar, através dos grupos de fusão, uma mais fácil apreensão pelo aluno, da unidade da natureza e da cultura.

No Nível I e na primeira parte do Nível II (correspondente ao 3º grau) haverá um professor polyvalente que se encarregará de dirigir a aprendizagem nas áreas de Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Introdução às Ciências. Na última série do Nível II haverá um professor



para cada grupo de fasia ou área. Isto será feito com o propósito de preparar o aluno para um novo modo de coordenação adotado para os Níveis II e IV. Nestes faremos coordenação por concentração, que implica na organização das matérias em torno de um "centro". Ainda aqui, de certo modo faremos uma adaptação. Na forma original de concentração o centro costuma ser: uma disciplina ou área piloto, uma idéia diretiva ou determinados fins educativos. Adotaremos como centro os grupos de Insua dos Níveis I e II, sendo que, no Nível IV, novo centro será introduzido, sob a denominação de Estruturas de Trabalho na Comunidade. Estes centros estarão harmonizados com os fins e objetivos propostos para o trabalho pedagógico desta Escola. Nestes dois últimos níveis haverá um professor para cada matéria ou disciplina.

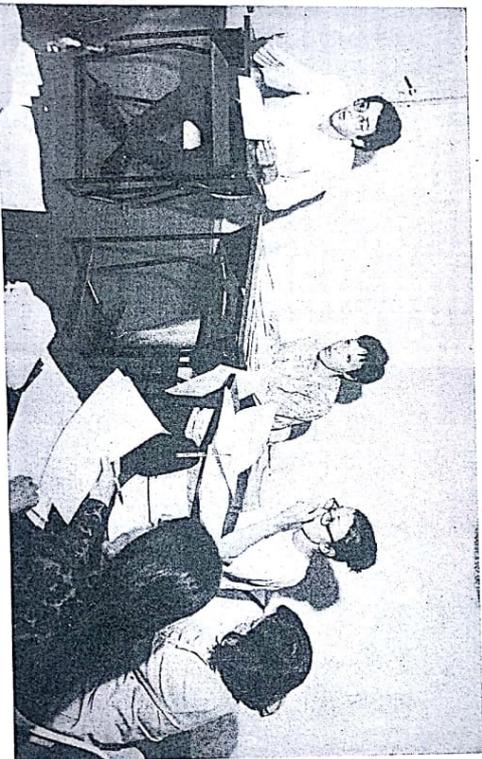
As formas de coordenação propostas irão possibilitar, mais facilmente, o desenvolvimento das estruturas psicológicas do aluno, permitindo-lhe um controle e uma avaliação mais adequados. Procuraremos ainda, ao executar o trabalho, coordenar métodos e técnicas. A ausência de uma terminologia didática rigorosa levar-nos-á a descrever cada método e cada técnica, a fim de haver unidade na forma de sua aplicação e de seu uso nas várias áreas ou grupos de fasia.

Quanto à coordenação por atitudes, haverá uma proposta aprorizada de esquemas básicos para o relacionamento professor-aluno, aluno-detalmas funcionários da escola, de modo a haver coerência entre esses esquemas.

Sintetizando: a escolha do currículo e de todas as atividades dele decorrentes será feita em harmonia com os fins e objetivos propostos e toda organização de trabalho pretende obedecer a uma linha de coordenação adequada e coerente.

### III.3 — Objetivos das áreas curriculares

Com base na utilização das operações concretas (Níveis I e II) e, em sequência, das operações formais (Níveis III e IV) a Área de Comunicação e Expressão visará: introduzir o aluno na simbologia linguística, desenvolvendo sua capacidade de expressão oral e escrita, fixando as estruturas básicas da língua, conduzindo-o a uma evolução de seu pensamento reflexivo; despertar nos alunos a capacidade de expressão na movimentação, dando-lhes pleno conhecimento de seu todo físico, de suas capacidades e limitações no tempo e no espaço, levando-o a descoberta do movimento como a vida, realização, criação e sua utilização na comunicação e entrosamento com o meio que o cerca; permitir a expressão individual, transformando-a em linguagem organizada através de elementos visuais, orais, escritos e tácteis, desenvolvendo sua capacidade de intercâmbio na comunicação. Esta área abrangerá as Línguas, Artes e Educação Física. A Área dos Estudos Sociais propiciará aos alunos o conhecimento de sua comunidade, entendida aqui desde a família até a comunidade-Nação e Universo, pon-do-o em contacto com sua realidade histórico-social e física, e, com os valores que se colocam na civilização moderna. As disciplinas que a compoem são: História, Geografia e Formação para



Cinquentia professores formam-se no INTER (ambas as fotos) para pôr em prática a "Escola Integrada".  
20 — ENSINO MUNICIPAL

a comunidade, esta última objetivando, especificamente, o desenvolvimento do sentido de responsabilidade social, de ética e de cidadania. A área de Inglês e as Ciências deverá proporcionar a capacidade de manipulação das técnicas e instrumentos de análise científica, mas, acima de tudo, o conhecimento das estruturas da qual se originam; desenvolver sua capacidade de observar, aprender, analisar, relacionar causas e efeitos, buscar os "porquês" daquilo que observa; organizar seu raciocínio indutivo e dar-lhe conteúdos efetivos de trabalho hipotético-dedutivo. Esta área compreenderá as disciplinas de Matemática e Ciências Naturais. A área de Estrutura de Trabalho na Comunidade colocará o aluno em contato com as atividades sociais de trabalho, suas dimensões e características. Abrangerá as disciplinas de Atividades Agrícolas e Extrativas, Atividades Comerciais e Atividades Industriais. Objetivará dar ao aluno o conhecimento destas áreas de ação humana. Parte do curso terá um caráter teórico geral e, parte, um caráter prático, no qual os alunos aprenderão algumas técnicas específicas de trabalho. Para a área comercial, contaremos com um "escritório modelo", e para a Industrial, uma "oficina modelo", esta prática será complementada com visitas e cursos estágios em empresas comerciais e industriais, objetivando levar o aluno à compreensão do todo complexo em que se inserem.

No conjunto das atividades complementares, a Orientação em Grupo terá por objetivo levar os alunos à aplicação de suas estruturas operacionais no trato das questões de âmbito escolar, comunitário, pessoal ou inter-pessoal, formando hábitos de respeito ao outro, cooperação, autonomia, iniciativa, visando uma vivência social solidária. O Canto Orfônico e o Teatro complementarão a sensibilização à arte em níveis anteriores; constituir-se-ão em instrumentos de equilíbrio psíquico pela expressão musical ou dramática, diminuindo as tensões pela apreensão do belo e pela concretização de um trabalho artístico. O Teatro é uma atividade artística integradora, pois exige a participação não apenas em termos de atuação, mas, de uma série de atividades plásticas, musicais e técnicas, como por exemplo, a cenografia, a iluminação, a soneplastia, custo de montagem, etc., que favorecem a participação ampla dos educandos de adocó com suas inclinações, cultivando a imaginação e a criatividade. Quanto à Orientação Vocacional, não se restringirá apenas ao segundo trimestre do último ano do curso. Neste período far-se-á a síntese de um processo que se veio desenvolvendo continuamente desde o ingresso do aluno na escola, quer através das observações que farão parte do seu "dossier", quer através da própria programação das diversas matérias. Terá, assim, a Orientação Vocacional, tal como colocada neste currículo, o objetivo de fazer um levantamento

de tudo o que o aluno aprendeu em relação a ela, fornecendo-lhe então informações mais precisas e completas sobre carreiras e cursos, discutindo-se em grupo e individualmente seus interesses e possibilidades. Para complementar esta discussão os alunos farão testes vocacionais.



O começo e o fim das férias serão profusamente alegrados com a escola integrada.

## Capítulo IV CALENDÁRIO ESCOLAR

A tradição consagrou em nosso sistema escolar, a distribuição dos períodos letivos em dois semestres, com longos períodos de férias intercalados. Nenhum princípio técnico, nenhuma norma de higiene do trabalho, nenhuma ditame pedagógico respalda tal prática, a não ser um tradicionalismo rentante, a cuja revisão se opõe o comodismo dos que deveriam preocupar-se com o tema e o interesse da maioria das pessoas na conservação de estruturas de vida calcadas nesses padrões cristalizados e pacificamente aceitos por todos.

Veja por outra ensaiouse a elaboração de calendário psicológica e pedagogicamente mais adequado, mas nenhuma tentativa de elevação da idéia foi registrada, até hoje, nos anais educacionais do país. O INEP, servindo-se do ensaio desta programação inovadora, que se propõe excluir, ou, ao menos, fazer deixar de ser, os períodos letivos trimestrais, convenientemente permutados por etapas de férias, numa dosagem que leve em conta os problemas acarretados pela fadiga escolar.

Por sinal que a fadiga escolar tem sido um assunto frequentemente ausente da literatura que versa no Brasil, os temas educacionais. Fadiga de professores e alunos que no final dos longos e trabalhosos períodos letivos, ainda se vêm envolvidos com os compromissos de revisão de matéria, de excursões de estudo, de trabalhos pedagógicos diversos e, principalmente, desse "formato chinês" que são os exames tradicionais na base da memorização e da indigestão informativa. Mais se exige, quando maior é a carga e menor o rendimento. O baixo rendimento nos exames e muito da indisciplina dos alunos em classe não se deveriam a essa inadequada distribuição entre os períodos de trabalho e repouso?

Ao propor este novo calendário escolar, nosso propósito foi tentar racionalizar os desajustes dos períodos, de modo a evitar ambos os excessos: de um lado, dias letivos tão numerosos a ponto de interferir no bom resultado do processo educativo, e, do outro, fazeres tão esticados a ponto de desgastar educadores e educandos da comunidade que, necessariamente, deve ter a obra da escola. De quebra, haverá, nos pontos iniciais e terminais de cada período, ocasião para as tarefas de planejamento e de avaliação do trabalho educacional.

Seguem-se os quadros demonstrativos da situação exposta:

22 — ENSINO MUNICIPAL

### a) Épocas de períodos letivos

Planejamento inicial .....	1 a 8/2
Avaliação do 1.º Trimestre e Planejamento do 2.º Trimestre .....	11/5 a 16/5
Avaliação do 2.º Trimestre e Planejamento do 3.º Trimestre e Planejamento de avaliação final .....	1 a 15/12

### b) Quadro de períodos letivos

Trimestres	Períodos	Dias letivos
Primeiro .....	9/2 a 10/5	71 dias
Segundo .....	1/6 a 31/8	75 dias
Terceto .....	21/9 a 31/11	60 dias

### c) Quadro de férias

Férias para Alunos	Férias para Professores
1/1 a 8/2 = 39 dias	1/1 a 31/1 = 30 dias
11/5 a 31/5 = 20 dias	17/5 a 31/5 = 15 dias
1/9 a 20/9 = 20 dias	6/9 a 20/9 = 15 dias
16/12 a 31/12 = 16 dias	16/12 a 31/12 = 16 dias
Total = 95 dias	Total = 76 dias

## Capítulo V AVALIAÇÃO E PROMOÇÃO

### V.1 — Avaliação

A avaliação tem sido considerada como uma forma de diagnóstico das dificuldades do aluno, bem como um meio de se medir a eficiência do professor. Essas são funções secundárias porque o fundamental, em um sistema de avaliação, é a conscientização do aluno dos avanços conseguidos em termos de assimilação do mundo exterior. Essa assimilação se dá através de ações por meio das quais o aluno se apropria de conhecimentos. O avanço é, pois, considerado em termos de operações que o indivíduo poderá efetuar em cada nível. Não é suficiente a colocação dicotômica para a criança ou jovem de que foi bem ou mal, mas, o importante, é que tenha consciência dos porquês pertinentes à sua avaliação, em função de suas próprias construções.

O meio para a elevação deste processo é a verificação do seu rendimento, compreendido da forma acima explicitada, na realização de trabalhos individuais e em grupo, e de sua integração ao meio em que vive. A consequência desse processo de conscientização se constitui numa motivação para o avanço, ou mesmo para uma recuperação do aluno.

Não existem momentos específicos de avaliação: esta deve acompanhar todo o processo de aprendizagem não se limitando, também, ao uso de um ou outro instrumento predeterminado, por-

que todo trabalho do aluno deve servir para sua apreciação. Estes instrumentos deverão ser escolhidos em função da área a que se destinam.

Pretende-se que cada aluno tenha um "dossier" — que será constituído por: a) uma ficha psico-pedagógica, organizada pela Orientação Educacional, baseada nas observações realizadas por ela e pelos professores; esta ficha conterá informações relativas ao amago nos trabalhos escolares, atitudes em sala e fora dela, socialidade, emotividade, etc.; b) uma ficha de avaliação, baseada nos trabalhos realizados pelo aluno, através de provas, exercícios, estudos dirigidos, trabalhos de grupos e atividades espontâneas, que também ficará arquivadas no "dossier" para exame de todos os professores e dos pais. Todo trabalho será aferido em função de uma comparação com seu grupo, porém sem desprezo de sua estrutura peculiar.

Nos Conselhos de Professores, que se realizam mensalmente, serão discutidos os problemas especiais dos alunos, suas dificuldades e atitudes, a fim de que se possa, através da apreensão de todos os outros, formar conceitos mais abalizados, amplos e objetivos a seu respeito. As crianças serão classificadas de acordo com observações pela Orientação Educacional, através de entrevistas individuais ou em grupos. Dessa forma, os alunos estarão sendo preparados, gradativamente, para uma auto-avaliação, e, no 3.º nível, esta também será incluída no seu "dossier". Os alunos que o Conselho considerar como deficientes serão encaminhados às classes de recuperação, que funcionarão em horário diferente do das classes propriamente ditas, e estarão a cargo de professores treinados para esta tarefa, que os atenderão a todos durante o período letivo, na medida das necessidades de cada um.

Aos trabalhos que compoem o "dossier" do aluno serão atribuídas notas de 0 a 10 apenas para efeito de escrituração escolar, sem que as crianças tomem conhecimento do fato. Os alunos receberão apenas conceitos, distribuídos de acordo com a seguinte escala: fraco, deficiente, regular, bom e ótimo; esta escala será construída em termos de média e do desvio padrão em função de cada instrumento usado, o que lhe dará flexibilidade, possibilitando, inclusive, uma avaliação do próprio instrumento empregado. Para cada matéria haverá uma média geral trimestral, para a composição da qual entrarão as avaliações feitas durante todo esse período. Além das apreciações por matérias, far-se-á uma avaliação por área.

#### V. 2 — Promoção

A promoção é concebida como um tipo de ascensão segundo a qual os alunos passam a um nível superior, depois de vencerem requisitos preestabelecidos. O tipo mais comum de promoção,

e que vigora na maioria das escolas, se realiza em função de uma média mínima prefixada.

Pretende-se introduzir, nesta escola, uma promoção automática, na qual, a passagem de um nível para outro estará condicionada à apreciação dos Professores, pela Orientação Educacional e Pedagogia e pela Direção, dos trabalhos realizados pelo aluno em classe, em atividades extra-classe, em tarefas práticas e espontâneas. Se o aluno, tendo tido oportunidade de se recuperar durante o ano letivo, e mesmo assim se apresentar deficiente, terá nova oportunidade de recuperação durante o primeiro trimestre do calendário escolar, sem que isso o impeça de frequentar a 1.ª série do nível seguinte. Depois desse período seu aproveitamento será reavaliado; caso não tenha tido número considerado suficiente, para seu ajustamento a esse nível, deverá refazer a última série do nível anterior.

#### V. 3 — Reunião de pais e mestres

Trimestralmente haverá reunião de Pais e Mestres. Nestas, os pais dos alunos tomarão conhecimento não só do "dossier" de seus filhos, como também de todo trabalho pedagógico realizado pela escola; serão informados dos objetivos que se pretendem alcançar, dos métodos e técnicas usados, do sistema de avaliação e promoção, sendo solicitada deles uma participação efetiva que leve a um maior entusiasmo entre a família e a escola.

Pretende-se, pois, uma unidade verdadeira e não apenas um contacto formal de dois grupos interessados nos mesmos objetivos, mas, que, não raro, se colocam em posições distantes e muitas vezes opostas.

## CAPÍTULO VI TREINAMENTO DE PROFESSORES

Para realização deste plano precisamos contar com um corpo plenamente consciente dos objetivos propostos e devidamente preparado para levá-lo a bom termo. Isto é necessário a fim de que se promova a integração dos professores no espírito do plano pedagógico, possibilitando, desta forma, uma coordenação ampla e eficaz do trabalho.

Justifica-se, pois, um treinamento especial dos professores, a realizar-se através de uma fase preparatória e de outra, de complementação e revisão.

A fase preparatória dará aos professores uma formação teórica através do conhecimento da es-

ultura da escola, da análise exaustiva dos objetivos gerais e específicos propostos, dos conceitos plagiados, que fundamentam a experiência, e da filosofia na qual esta se acha estruturada. Esta formação teórica realizar-se-á através de cursos e seminários ministrados por técnicos do I.M.E.P., ou por educadores convidados. Para cumprir nas atividades da fase preparatória, os professores serão submetidos a experiências de dinâmica de grupo visando sua melhor qualificação para um trabalho de equipe, como é o que se pretende fazer nesta escola de oito anos.

A fase de complementação objetivará a continuidade da formação do corpo docente. Durante o ano letivo oferecer-se-ão cursos de atualização e revisão de conceitos. Serão programadas conferências e cursos de curta duração, que também estarão a cargo da equipe de técnicos do I.M.E.P., ou de educadores convidados e que se tenham distinguido no campo educativo.

O treinamento será realizado em função desses objetivos, visando-se à formação de uma equipe perfeitamente integrada e consensada do que se pretende conseguir através da programação estabelecida.

## **Capítulo VII CRITÉRIO DE RECRUTAMENTO DE ALUNOS**

Como esta escola de 8 anos visa a ser uma experiência educacional válida e, também, um centro experimental de novos métodos de ensino, é importante que o conjunto de alunos que a compoñta seja uma amostra razoavelmente representativa da população escolar metropolitana, de tal forma que possamos ter resultados realmente generalizáveis. Para tanto, a adoção de um critério de zoneamento, em função da localização da escola, trata alguns inconvenientes; dentre estes poderíamos destacar o risco de termos uma homogeneização relativa quanto a alguma característica (social, econômica, cultural, etc.) dos elementos que teriam oportunidade de concorrer às vagas. Nossos batros se diferenciam por elementos típicos embora não exclusivos, tornando-se difícil delimitar zonas próximas com representatividade suficiente de população. Adotar uma amostragem estratificada do conjunto de elementos que por ventura viessem a procurar matrícula no 1.º ano, seria o critério mais adequado. O problema, no entanto, coloca-se na determinação do fator ou fatores de estratificação; uma gama imensa de variáveis poderiam ser consideradas, pois inúmeros são os elementos que influem no processo pedagógico, para eleger

dentre estas variáveis uma ou algumas que realmente fossem as mais importantes, necessitando de estudos complementares de apóio, não tão simples de realizar-se. Sabemos, por algumas pesquisas já feitas, que há relação entre as variáveis sociais, econômicas, culturais e o rendimento escolar. Poderíamos, então, tomar como ponto de partida uma dessas variáveis, fazendo a base de uma estratificação, através da utilização de uma escala sociométrica. Mas, não poderíamos, ainda assim, por falta de estudos mais aprofundados da matéria entre nós, garantir que qualquer escala escolhida nos desse uma caracterização adequada de nossa realidade, sem falar nos problemas que acarretaria a coleta de dados para a organização desta escala. Há camadas na nossa população de difícil caracterização, de constituição muito fluida e móvel, de tal sorte que as informações obtidas através delas, necessárias para os dados iniciais da escala, não ofereciam segurança, nem veracidade. Assim sendo, optamos, inicialmente, por um esquema de amostragem simples, por sorteio casual, o qual nos oferece suficiente garantia estatística de representatividade, esquema este que será aprimorado por estudos a serem desenvolvidos no decorrer dos anos.

Para garantir uma procura ampla, democrática, que abinje a todas as camadas de nossa população, a escola fará uma divulgação completa em vários níveis de comunicação do critério adotado. Evidentemente, tanto a população que procurar matrícula, como o conjunto de alunos amostrados, serão objeto de estudos minuciosos a fim de que suas características possam servir de base a relações e conclusões mais variadas e úteis aos propósitos da escola.

## **Capítulo VIII DOCUMENTAÇÃO, CONTROLE E DIVULGAÇÃO DA EXPERIÊNCIA**

### **VIII.1 — Documentação**

A documentação terá por finalidade propiciar o registro histórico desta experiência, servindo de base para o controle global da mesma. Deverá fornecer elementos para a análise do planejamento e do desenvolvimento realizado, favorecendo a detecção de falhas ou incongruências, com vistas a um aperfeiçoamento contínuo. Este registro constante de tudo o que for realizado na escola constituir-se-á na garantia mínima de que cada passo dado não se faça através de uma opção repentina, aleatória e destruída do todo planejado. Assim, a documentação deverá forne-

cor também os elementos para o controle específico do trabalho de cada área ou disciplina em seus vários lótipos programáticos.

Desta forma, constituirá um dos instrumentos sobre o qual se assentará a avaliação da experiência em seus aspectos particulares ou gerais, servindo de fonte para divulgação da mesma.

Para sistematizar esta documentação, será organizado um arquivo que conterá os planejamentos e os relatórios de todas as atividades, bem como um registro de todo material impresso empregado no trabalho didático.

O planejamento será feito por áreas até o Nível II e conjuntamente por área e disciplina, nos níveis seguintes. Dele deverão constar a programação proposta e sua justificativa filio-pedagógica, com a definição clara dos objetivos específicos e operacionais visados, bem como a qualificação das operações básicas reclamadas para a aquisição das noções a serem introduzidas. Complementarão esta parte a apresentação e a descrição dos meios que serão utilizados para a obtenção desses objetivos.

Os relatórios serão a expressão do que ocorrer no desenvolvimento prático do planejamento, ou seja, deverão ser a expressão fiel da experiência realizada, constituindo-se num instrumento crítico de adequação do planejamento à realidade, servindo assim de base para a necessária ordenação dos planos, se for o caso. Todos estes aspectos serão sempre analisados em função dos

alunos, ponto central de referência para verificação dos efeitos do trabalho desenvolvido.

#### VIII. 2 — Controle

Terá por objetivo a verificação da coerência entre o planejamento, sua realização e seus efeitos sobre os alunos. Será realizado: a) com base na documentação tal como foi explicado acima; b) através dos resultados evidenciados pela avaliação dos alunos; c) por meio de instrumentos que serão construídos com o fim preciso de medir o desenvolvimento das operações, tal como estão propostas na teoria pedagógica.

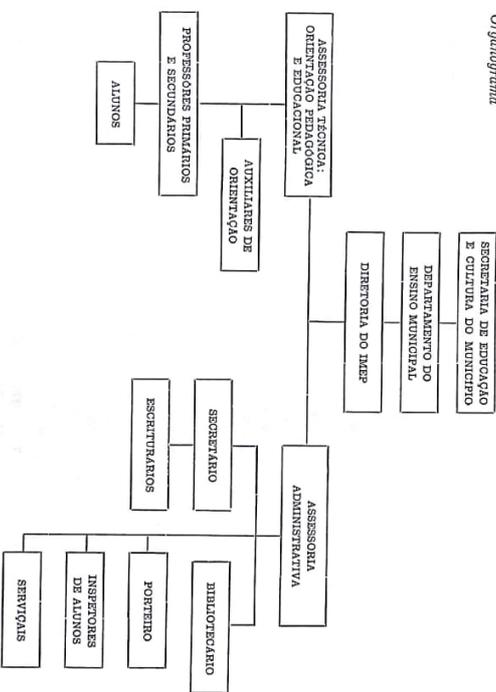
#### VIII. 3 — Divulgação

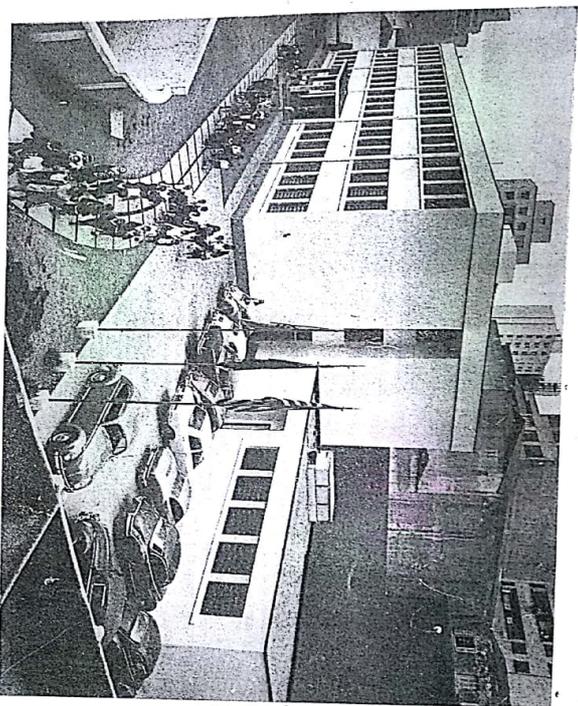
Terá por objetivo tornar a experiência conhecida a fim de que possa ser avaliada e criticada, em um nível mais amplo, por educadores ou outras pessoas interessadas no problema de ensino em nosso país. Pretende também que tudo o que for nesta escola realizado sirva de experiência para outros setores, vindo a constituir-se em uma realização que abrirá para a comunidade, em vez de tornar-se um fim em si, fechada e, praticamente estéril.

Os trabalhos aqui realizados irão sendo divulgados através de artigos publicados na revista do Ensino Municipal e em Boletins da própria escola, que serão enviados a todas as pessoas e entidades interessadas.

São Paulo, Novembro de 1969

#### Organograma





Rua Ilumatti, 480. Neste prédio fundamam, a partir de 1979, a escola integrada palmeira.

## O significado da escola integrada de oito anos

*Paulo Nathanael Pereira de Souza*  
Diretor do Ensino Municipal,  
Membro do Conselho Estadual de Educação

O desejo que se coloca aos responsáveis pela política educacional brasileira é a escolaridade obrigatória dos 7 aos 14 anos, segundo o mandamento contido na Constituição do Brasil, no seu artigo 168, § 3.º, inciso II.

Na verdade, o desenvolvimento sócio-econômico a que aspira o país só se conquistará na medida em que se formarem recursos humanos capazes de dar aceleração ao ritmo de crescimento econômico. E esses recursos só se formarão adequadamente com a extensão do período de escolaridade para toda a população e a qualificação da escola, a fim de fornecer um efetivo instrumento de promoção social. Somente assim o Brasil dispõe, em tempo hábil, daquilo que Harrison chama de "potencial humano estratégico" para o desenvolvimento.

A extensão da escolaridade de oito anos vem sendo oferecida, principalmente, em São Paulo, onde a expansão educacional se antecipa ao resto

do Brasil; em que escolas primárias e ginásios estão

desintegrados entre si, com métodos, objetivos, programas, mentalidade e até mesmo prédios e professores sem a mínima articulação. A passagem da criança dos quatro anos primários para os outros quatro ginásiais faz-se com dificuldades imensas, de que é amarga prova o exame de admissão, colocado entre os dois níveis como verdadeiro fantasma a ameaçar o prosseguimento normal da escolaridade básica do jovem.

Faltava no sistema de ensino a escola integrada, que desse resposta cabal à exigência constitucional e social da escolaridade de oito anos, e tentasse eliminar os inconvenientes atuais da evasão escolar, da reprovação em massa, do ponto crítico representado pelo exame de admissão e das diferenças de estrutura, currículos, métodos e objetivos que a escola primária e ginásial, ora guardam entre si.

Essa lacuna deverá ser preenchida pela escola integrada de oito anos, que a Prefeitura do Município da Capital, através de seu Departamento de Ensino, proficua e pretende executar a partir de 1970, conforme o Plano Administrativo Pedagógico que está publicado nas primeiras páginas desta revista.

# QUADRO CURRICULAR DA ESCOLA INTEGRADA

III.4 - Quadro curricular

Especificação das matérias por nível, área e ano.

ÁREAS	NÍVEL I		NÍVEL II		NÍVEL III		NÍVEL IV	
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	6.º ano	7.º ano	8.º ano
Comunicação e Expressão	Comunicação e Expressão	Comunicação e Expressão	Comunicação e Expressão	Comunicação e Expressão	Português Inglês Aprec. Art. Educ. Fis.	Português Inglês Aprec. Art. Educ. Fis.	Português Inglês Francês Educ. Fis.	Português Inglês Francês Educ. Fis.
Estudos Sociais	Estudos Sociais	Estudos Sociais	Estudos Sociais	Estudos Sociais	Estudos Sociais	Estudos Sociais	História Geografia	História Geografia
Indagação às Ciências	Indagação às Ciências	Indagação às Ciências	Indagação às Ciências	Indagação às Ciências	Matemática Indagação às Ciências Naturais	Matemática Indagação às Ciências Naturais	Matemáticas Ciências Naturais	Matemática
Estrutura de Trabalho na Comunidade							Atividades Agrícolas e Extrativas Comerciais	Atividades Industriais e Comerciais
Atividades Complementares					Orientação em grupo	Canto Orfêdo Teatro	Canto Orfêdo Teatro Orientação Vocacional	

- Observações: 1) Comunicação e Expressão é uma área que se compoem por fusão das seguintes disciplinas: Linguagem, Artes e Educação Física.  
 2) A área compreendida nosqes Integrada de História, Geografia e Formação para a Comunidade.  
 3) Esta área compreendida noqes de Matemática e Ciências Naturais.

## A relevante missão da Secretária de Educação e Cultura

O Prefeito Paulo Maluf empousou, em 22 de outubro último, em seu gabinete, o novo Secretário de Educação e Cultura da Municipalidade, jornalista e escritor Paulo Zinggi, que sucede ao professor Ernesto Tolle, que deixou a pasta para assumir o cargo de ministro do Tribunal de Contas do Estado.

Depois da assinatura do termo de posse, pelo Prefeito da Capital e pelo novo titular da pasta, o sr. Paulo Zinggi usou da palavra:

"Recibi a convocação do Prefeito Paulo Maluf como um soldado que recebe uma ordem, em plena batalha, para mudar de posto e não mudar de combate, mas para continuar o combate que aqui iniciamos com o Prefeito, como soldado da Revolução de 31 de março, e aqui estou na difícil e árdua tarefa de substituir a Paulo Ernesto Tolle. Essa tarefa é difícil, pela personalidade, pelo valor cultural e pela expressão cívica do meu antecessor e chefe.

Ao assumir o cargo de Secretário de Educação e Cultura, em primeiro lugar eu quero ser fiel à equipe da qual saí ao ser convidado por V. Exa. Quero, também, receber essa nomeação como uma homenagem de V. Exa. ao funcionário municipal, principalmente aqueles que se sacrificaram durante anos na árdua e difícil luta subversiva. Há certezas e certezas de junções que colocaram em risco as suas carreiras para não voltar a lei, para não ofender os princípios da moralidade pública e que só conseguiram resgatar a cabeça com a posse de V. Exa., quando a Revolução conquistou a Prefeitura de São Paulo.

Devo dizer que vou continuar o trabalho de Paulo Ernesto Tolle. Vamos proceder daquela maneira difícil da recuperação de Departamentos que estavam marginalizados e que estavam colocados em segundo plano. Vamos trabalhar com energia e determinação na batalha da educação na maior cidade do país. Vamos trazer, também, senhor Prefeito, a batalha da democratização da cultura. Com essas duas diretrizes eu creio poder correr, ponder, com trabalho e com lealdade, a confiança de V. Exa. e a confiança aqui manifestada pelos meus companheiros de trabalho de ontem, de hoje e de amanhã."

O escritor Ubirajara Martins falou a seguir, em nome da União Brasileira dos Escritores e disse que vinha trazer "a palavra de apoio e render as homenagens devidas àquela que, ao atingir

os cinquenta anos e o alto cargo de Secretário de Educação e Cultura da mais culta cidade do país, ainda conserva os arrebolos do jornalista que, há cerca de trinta anos, conheci militando na redação dos "Diários Associados" e do "Correio Paulistano". O jornalista Paulo Zinggi prossegue o mesmo jornalismo, bem informado, às vezes considerado intolerante por amigos e adversários, mas sempre o cidadão leal, embuído do zelo característico dos que compreendem que o exercício da função pública constitui um dos poderosos instrumentos de formação da Nação Brasileira, grande e feliz que todos desejamos."

O orador ressaltou, a seguir, "o feliz gesto do Prefeito Paulo Maluf, ao escolher o novo Secretário na pessoa de quem já provou suas qualidades de administrador à frente do Departamento de Educação e Recreio."

Falou depois, em nome do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo e da Ordem dos Velhos Jornalistas, o sr. João Paulo de Araújo, que destacou a atuação de Paulo Zinggi na luta contra os inimigos da nossa Pátria e dizendo que "Paulo Maluf ganhou um grande colaborador e um grande patrão."

Fala o Prefeito Paulo Maluf

Por último usou da palavra o Prefeito da Capital, dizendo de sua grande honra em poder dar posse a Paulo Zinggi, que ganhou aquela posse por merecimento. "Conheço-o no início da administração e verifiquei o seu grande talento à causa pública. Sucede-lhe a outro homem que igualmente saiu do nosso convívio para assumir outro posto na administração."

O Prefeito Paulo Maluf fez retrospecto da atuação do professor Paulo Ernesto Tolle à frente da pasta, destacando entre as suas maiores realizações a campanha de educação moral e cívica, a melhoria da alimentação escolar, a recuperação da programação do Teatro Municipal "que voltou aos seus antigos tempos" e a introdução do ensino pioneiro a partir de 1970.

Afirmou o Prefeito que nenhum Secretário foi nomeado por injunções políticas; por isso mesmo Paulo Zinggi foi escolhido exclusivamente pelos seus méritos pessoais. Disse ter a certeza de que o novo titular será um digno continuador das tradições da Secretaria de Educação e Cultura, acrescentando que o novo ocupante terá uma tarefa árdua, pois para o ano de 1970 serão colocados em funcionamento mais 31 novas escolas primárias pois, "há deixamos nenhuma criança sem escola". Este é o lema da atual Administração.

# EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

## MATÉRIA OBRIGATORIA NOS ESTABELECIMENTOS MUNICIPAIS DE ENSINO

Decreto n.º 8.154, de 19 de abril de 1969

Institui como matéria obrigatória  
do currículo de todos os estabele-  
cimentos de ensino municipais, a  
Educação Moral e Cívica.

Paulo Salim Maulf, Prefeito do Município de  
São Paulo, usando das atribuições que lhe são  
conferidas por lei, e

Considerando as diretrizes emanadas do Go-  
verno da República, no sentido de incentivar-se  
e promover-se, através de estabelecimentos de en-  
sino, a Educação Moral e Cívica, criando-se en-  
tre a infância e a juventude uma mentalidade  
sã e compreensiva de suas obrigações morais  
e deveres inalienáveis para com a pátria Brasi-  
leira;

Considerando que no momento histórico que  
vivemos é mais que nunca imperativo o desen-  
volvimento e cultivo dessa mentalidade como ele-  
mento básico da formação do caráter do cidadão.

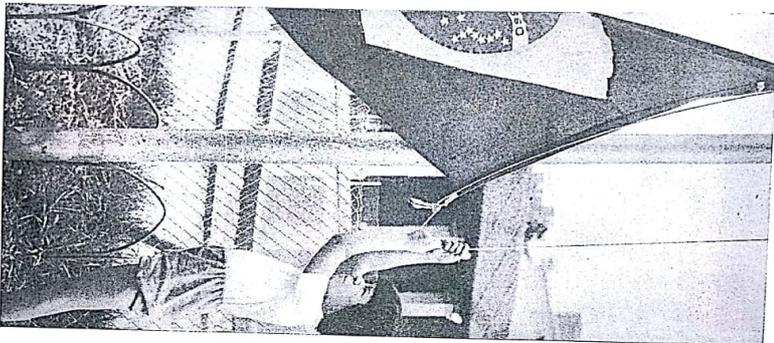
Decreta:

Art. 1.º — A Educação Moral e Cívica será  
matéria obrigatória no ensino primário municipal  
e, observada a legislação vigente, integrará os  
currículos de todos os Estabelecimentos de En-  
sino dos diversos ramos e ramos nãodados pela  
Prefeitura.

Art. 2.º — Cada estabelecimento de ensino  
municipal constituir-se desde já paralelamente às  
suas demais atribuições, em um Centro Cívico,  
cujas atividades incluirão, obrigatoriamente, as  
seguintes promoções:

- a) hastearno e arriamento diário do Pavilhão  
Brasileiro e, pelo menos, semanalmente, canto  
do Hino Nacional por todos os alunos, pro-  
fessores e funcionários da Escola, em pre-  
sença da Bandeira;
- b) palestras, exposições, cartazes e outras at-  
vidades relacionadas com o culto dos grandes  
valhos e heróis da Pátria e da Humanidade.

Art. 3.º — Será designado, em cada estabe-  
lecimento de ensino, um professor com a finali-  
dade específica de conduzir as atividades da área  
de Educação Moral e Cívica.





O canto do Hino Nacional é hoje obrigatório nas escolas municipais. Decreto neste sentido foi assinado pelo Prefeito de São Paulo.

c) a expedição de instruções complementares para o fiel cumprimento deste decreto, observado o disposto na legislação federal.

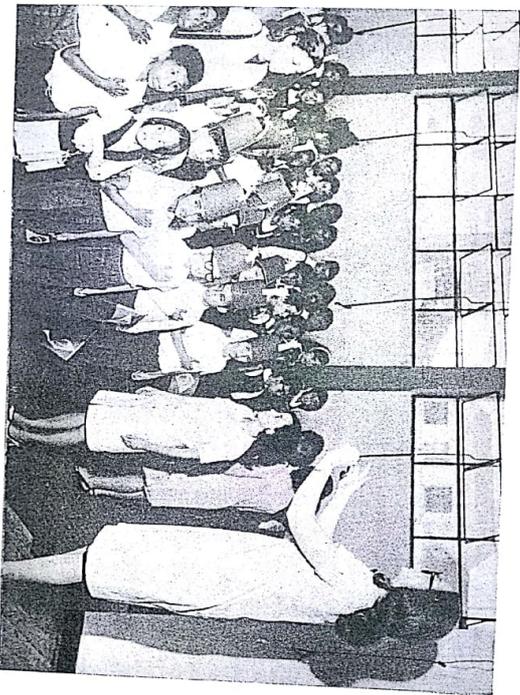
Art. 5.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de São Paulo, aos 19 de abril de 1969, 415.º da fundação de São Paulo. — Paulo Salim Maluf, Prefeito — José Luiz de Anhala Melo, Secretário de Negócios Interiores e Jurídicos — Fernando Ribeiro de Val, Secretário das Finanças — Paulo Ernesto Tolle, Secretário de Educação e Cultura.

Publicado na Diretoria do Departamento de Administração do Município de São Paulo em 19 de abril de 1969 — Paulo de Souza Sandoval, respondendo pelo expediente da Diretoria.

Art. 4.º — O Departamento Municipal de Ensino providenciará:

- a) a seleção dos professores de que trata o artigo anterior;
- b) a realização de cursos de orientação e reuniões de especialistas para o aperfeiçoamento desses professores e atualização e desenvolvimento da área de estudos correspondentes.



# Regulamentado o ensino religioso nas Escolas Municipais

Decreto n.º 8 349, de 8 de agosto de 1969

Paulo Salim Mahir, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com o artigo 11, parágrafo único, da Lei n.º 7.037, de 13 de junho de 1967,

Decreta:

O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas municipais e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por seu representante legal ou responsável, no ato de matrícula.

Art. 2.º — O professor do ensino religioso deve ser registrado perante a autoridade religiosa respectiva.

Art. 3.º — Compete à autoridade religiosa:

- 1) Credenciar professores de Religião junto às escolas;

- 2) substituir esses professores a seu prudente arbítrio;

- 3) estabelecer a programação de ensino, acompanhar sua execução e avaliar o seu aproveitamento;

- 4) exercer, por si ou por elemento credenciado, a fiscalização do ensino de Religião;

- 5) comunicar à Direção do Ensino Municipal as eventuais irregularidades de que tiver conhecimento em relação ao ensino de Religião nas escolas.

Art. 4.º — A frequência e o aproveitamento dos alunos às aulas de Religião não serão considerados para efeito de promoção ou reprovação na série.

Art. 5.º — Os professores de Religião nas escolas municipais deverão portar, no mínimo, o título de professor primário.

Art. 6.º — O Diretor do Ensino Municipal poderá suspender das suas funções, mediante apresentação fundamentada da autoridade escolar, o professor ou o fiscal do ensino religioso, assegurada a plena defesa do acusado.

Art. 7.º — A declaração relativa ao ensino religioso, anotada na ocasião da matrícula inicial do aluno, prevalece para todo o período em que permanecer na unidade escolar, salvo se for modificada por nova declaração escrita do responsável.

Parágrafo único — No caso de transferência do aluno para outro estabelecimento, prevalecerá a declaração inicial que será transmitida por memorando do diretor da escola de origem para o da escola de destino.

Art. 8.º — O ensino religioso de qualquer culto independe do número de alunos requerentes.

Art. 9.º — Por conveniência de horário, poderão ser reunidas numa só turma de aula de religião, alunos de séries diferentes.

Art. 10 — Serão reservados para o ensino de religião, semanalmente, trinta minutos do horário escolar.

Art. 11 — Qualquer modificação no quadro do ensino religioso deverá ser comunicada pela autoridade religiosa ao diretor do estabelecimento.

Art. 12 — As dúvidas suscitadas a respeito deste ensino serão resolvidas pela Direção do Ensino Municipal, ouvidas as autoridades religiosas, a fim de dar às famílias todas as garantias de veracidade, eficiência e segurança do ensino religioso ministrado nas escolas municipais.

Art. 13 — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de São Paulo, aos 8 de agosto de 1969, 4150 da fundação de São Paulo. — O Prefeito, Paulo Salim Mahir — O Secretário de Negócios Interiores e Jurídicos, José Luiz Anahã Melo — O Secretário das Finanças, Fernando Ribeiro do Val — O Secretário de Educação e Cultura, Paulo Ernesto Tolle.

Publicado na Diretoria do Departamento de Administração do Município de São Paulo, em 8 de agosto de 1969. — O Diretor, Paulo de Souza Sandoval.

# Professôres

Decreto sobre aproveitamento de substitutos

Decreto regulamentar o assunto

Decreto n.º 8.372, de 26 de agosto de 1969  
Paulo Salim Maulf, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Art. 1.º — Dependendo sempre de aprovação do Secretário de Educação e Cultura, mediante solicitação do interessado, e após audiência do Diretor do Departamento Municipal de Ensino, as seguintes medidas referenas aos professores substitutos:

- a) afastamento por gestação, até 120 dias, sem vencimentos;
- b) afastamento pelo prazo de até 60 dias, por motivo de moléstia, sem vencimentos;
- c) afastamento por motivo de gala ou nojo, até 8 dias, sem vencimentos.

Parágrafo único — As solicitações previstas neste artigo deverão ser, em qualquer caso, instruídas com comprovantes, exigindo-se inspeção ou relatórios por médico da Prefeitura, nos casos a que se referem as letras "a" e "b".

Art. 2.º — As disposições contidas neste decreto, aplicam-se, também, aos Educadores Recriacionistas Substitutos do Departamento de Educação e Recreio.

Art. 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de São Paulo, aos 26 de agosto de 1969, 4150 da fundação de São Paulo. — O Prefeito, Paulo Salim Maulf — O Secretário das Finanças, respondendo pelo Expediente da Secretaria de Negócios Internos e Jurídicas, Fernando Ribeiro do Val — O Secretário das Finanças, Fernando Ribeiro do Val — O Secretário de Educação e Cultura, Paulo Ernesto Tolle.



Professôres tiveram seu ingresso regulamentado por recente decreto.

Publicado na Diretoria do Departamento de Administração do Município de São Paulo, em 26 de agosto de 1969. — O Diretor, Paulo de Souza Sandoyal.

## ADMISSÃO DE PROFESSÔRES SUBSTITUTOS

Decreto n.º 8.391, de 8 de setembro de 1969

Paulo Salim Maulf, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

Considerando que as substituições docentes no Ensino Municipal são feitas por Professôres Substitutos, admitidos pela Secretaria de Educação e Cultura, na proporção de um, para cada duas classes;

Considerando que, no recrutamento de candidatas, é de interesse da Administração e, particularmente do Ensino, dar ao processo de admissão de Professôres Substitutos, caráter de imparcialidade, com observância da valorização do mérito e do zoneamento geográfico;

Considerando que, com a criação de novas classes no Ensino Primário Municipal, faz-se necessário o seu provimento imediato a fim de que possam os mesmos entrar em funcionamento normal,

**Decreta:**

Art. 1.º — Fica a Secretaria de Educação e Cultura autorizada a proceder à admissão de Professores Substitutos para o Ensino Primário Municipal, mediante proposta do Diretor do Departamento Municipal de Ensino e observadas as exigências da legislação em vigor, em número estritamente correspondente às necessidades do ensino no corrente ano letivo.

§ 1.º — Os Professores Substitutos que forem admitidos por força deste decreto prestarão serviços até o dia 28 de fevereiro de 1970, no máximo, estando a partir dessa data, automaticamente dispensados;

§ 2.º — Os atos de admissão serão publicados no Diário Oficial do Município e comunicados à Divisão do Pessoal do Departamento de Administração do Município — DAMU.

Art. 2.º — O recrutamento dos candidatos far-se-á pelo critério de zoneamento geográfico, com base nas áreas de jurisdição das Administrações Regionais.

Art. 3.º — Os candidatos deverão inscrever-se no Departamento Municipal de Ensino, mediante requerimento dirigido ao respectivo Diretor, acompanhado de fotocópia autenticada do diploma de Professor Primário, expedido por estabelecimento de ensino oficial, ou reconhecido do Estado de São Paulo, devidamente registrado no órgão competente.

Art. 4.º — O Departamento Municipal de Ensino classificará os candidatos, havendo uma lista de classificação para cada área a que se refere o artigo 2.º.

§ 1.º — Para efeito de classificação, os candidatos poderão apresentar, com o pedido de inscrição, fotocópias autenticadas dos títulos correspondentes aos seguintes cursos:

- a) Superior de Pedagogia, expedido por Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, oficial ou reconhecida, devidamente registrado no MEC ou em Universidade autorizada para esse fim;
- b) de Administradores Escolares, registrados no órgão competente;
- c) de Especialização do Ensino Primário, com duração de um ano, devidamente registrado;
- d) de Aperfeiçoamento relacionado com o Ensino Primário, de duração inferior a um ano.

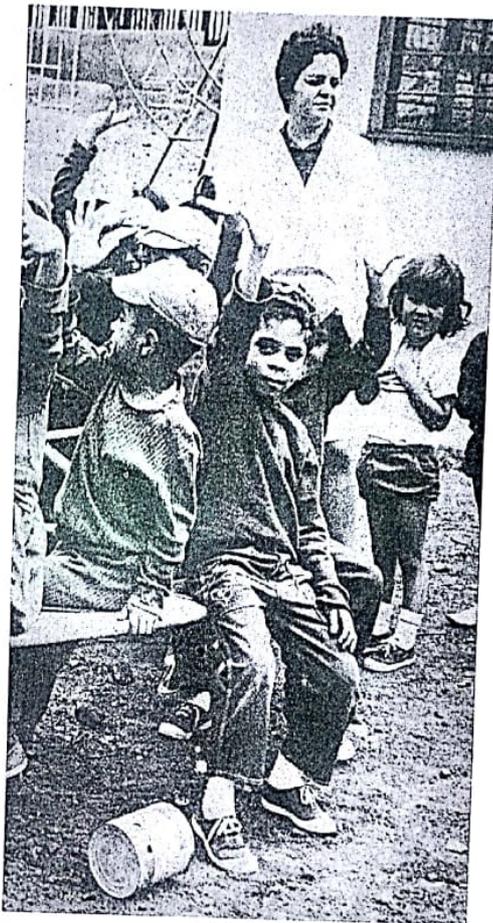
§ 2.º — A designação dos candidatos obedecerá à ordem de classificação, levando-se em conta a proximidade de sua residência em relação à Unidade Escolar.

Art. 3.º — O Departamento Municipal de Ensino expedirá as instruções complementares necessárias à execução deste decreto.

Art. 4.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de São Paulo, aos 8 de setembro de 1969, 415.º da fundação de São Paulo. — O Prefeito, **Paulo Salim Maluf** — O Secretário dos Negócios Internos e Jurídicos, **José Luiz Anhaia Mello** — O Secretário das Finanças, **Fernando Ribeiro do Val** — O Secretário de Educação e Cultura, **Paulo Ernesto Tolle**.

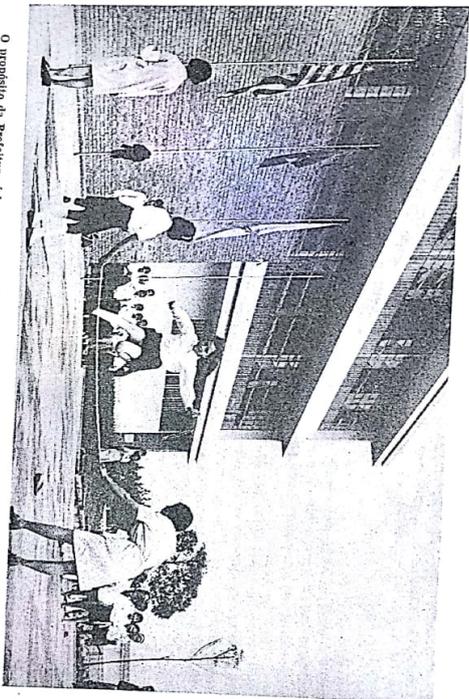
Publicado na Diretoria do Departamento de Administração do Município de São Paulo, em 8 de setembro de 1969. — O Diretor, **Paulo de Souza Sandoval**.



Com a admissão de novas professoras, foi movimentada toda rede escolar.

## Fatos e problemas do ensino através da imprensa

Aprendizemos a seguir algumas das principais notícias publicadas pela imprensa sobre os trabalhos com o ensino na Capital de São Paulo. Vale ressaltar que os assuntos educacionais são tratados com bastante frequência e mais ênfase na imprensa, tendo em conta as grandes fontes de informações, as plantelistas, algumas das quais provocando verdadeira revolução nos processos tradicionais do ensino.



O propósito da Prefeitura é levar a escola integrada a todos os estabelecimentos, no mais curto prazo.

### ESCOLA INTEGRADA DE OITO ANOS COMEÇARÁ A FUNCIONAR EM 1970

Um grande plano de renovação do ensino primário municipal está em vias de ser concretizado em São Paulo, por determinação do prefeito Paulo Maluf. Esse plano, que revolucionará os processos educacionais em vigor, será efetivado de três formas. A primeira, através do aumento do número de horas para os alunos do 4.º ano. O Departamento de Ensino Municipal pretende levar para o horário integral as escolas que tenham montadas oficinas para cursos vocacionais. Com isso se objetiva proporcionar ao aluno que sai do 4.º ano uma apreciável soma de conhecimentos técnico-profissionais. O aluno terá refeição na própria escola e seu curso se estenderá, com isso, por dois períodos. A segunda forma será oferecendo ao aluno que não conseguir matricula

em ginásios, mais um ano primário. Esse 5.º ano será feito em látrons de desenvolvimento vocacional, quase uma aprendizagem. A terceira forma será através da escola integrada de oito anos, — a grande experiência educacional da atualidade. Já está preparado o plano para sua execução. Em 1970 funcionarão a escola-piloto de oito anos no IMDEP — Instituto Municipal de Educação e Pesquisas — à rua Humaitá. Em 1971 serão 12 as escolas desse gênero — uma em cada região administrativa da cidade. De 1972 a 1975 teremos o triênio da transformação de todo o sistema de ensino municipal. O propósito do Departamento Municipal de Ensino — em cumprimento das determinações do prefeito Paulo Maluf, é levar no mais curto espaço de tempo a escola integrada de 8 anos a todo o ensino municipal. Tudo será feito tecnicamente, à medida que o pessoal especializado for sendo preparado.

## Alimentação escolar no Município

O convênio celebrado entre a Prefeitura e a Campanha Nacional de Alimentação Escolar do Ministério de Educação e Cultura, foi reiterada do conforme já sancionada pelo Prefeito Paulo Mahf.

De acordo com os termos do referido convênio, destinado a fornecer alimentação supletiva para 120 mil escolares inscritos ou matriculados gratuitamente nas unidades educativo-assistenciais e de ensino, indicadas pela Prefeitura, de nível pré-primário, primário e outros, a Campanha Nacional de Alimentação Escolar contribuirá com leite em pó, trigo bulbor e lamorado, aveia, fava de milho, farinha e óleo vegetal, além de outras obrigações de ordem técnica e administrativa. A Prefeitura, por sua vez, contribuirá com açúcar, sal, gordura, ovos, frutas, bem como providenciará o necessário ao preparo dos alimentos, colocando servidores municipais à disposição da Campanha, cedendo, também, indústrias para a apresentação Federal daquele órgão, até conclusão das obras de sua sede.

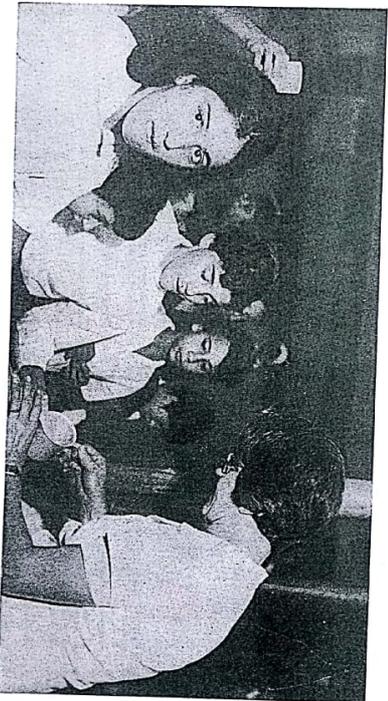
Para custeio das despesas com o convênio, a Municipalidade aplicará dois milhões e quinhentos e trinta mil cruzeiros novos, por ano.

## Prefeitura seleciona auxiliares pedagógicos

O Departamento Municipal de Ensino está selecionando os professores que irão exercer, em breve, funções de assistente pedagógico nas unidades de ensino. O trabalho está a cargo da Divisão de Orientação Pedagógica daquele Departamento e obedece a critérios objetivos relacionados com a experiência, os conhecimentos e as habilidades das mestras.

O plano do prof. Nathanael Pereira de Souza, diretor do Ensino Municipal, visa a designação de um professor efetivo, em cada escola, para a coordenação do trabalho pedagógico. Esse professor trabalhará em harmonia com os diretores das escolas e será o veículo, nas mesmas, da orientação técnica emanada do Departamento.

As providências que se tomam no setor do ensino decorrem da orientação do prefeito Paulo Mahf, que deseja o constante aperfeiçoamento do pessoal, a fim de que a máquina educacional funcione em moldes cada vez mais atualizados.



Novo convênio foi assinado pela Prefeitura para manter saudável o almoço e o lanche das escolares.

# 50 professores já preparados para a "escola integrada"

## Prefeitura promove revolução nas técnicas do ensino primário

Uma turma de cinquenta professores foi preparada para, a partir do próximo ano letivo, por em prática a "escola integrada", ou seja, a escola de 8 anos, — abrangendo o curso primário propriamente dito (4 anos) e, em continuação, o curso ginásial (matas 4). O curso de especialização desse grupo de professores foi realizado no IMEP — Instituto Municipal de Educação e Pesquisas, — à Rua Humaitá, 480. Esse curso se iniciou a 29 de agosto passado e terminou a 20 de dezembro. A partir de 1970, no IMEP, onde funciona uma escola municipal, começará a grande experiência no setor educacional — a "escola integrada". O aluno cursará a escola primária e a secundária, no mesmo estabelecimento, como um só todo, sem solução de continuidade e sem os "abomináveis" exames de admissão.

### Condições para a admissão de alunos

Tratando-se do primeiro ano em que o sistema será posto em prática, haverá a seleção dos alunos, tanto para os que ingressarem no 1.º ano como para os que quiserem entrar no 5.º ano, — já dentro do novo plano educacional. Haverá 60 vagas para o 1.º ano e 60 para o 5.º ano. A seleção será feita por educadores especializados, através de entrevistas individuais e testes com os alunos. Tais exames de seleção vão ser abolidos a partir de 1971, quando a passagem do 4.º para o 5.º ano se transformará em rotina, conforme a média de cada aluno. Se para o início da grande experiência educacional houver quantidade de candidatos superior ao número de vagas (60 para cada ano), haverá sorteio público entre os alunos aprovados.

Para a fixação de melhores técnicas educacionais, o Departamento Municipal de Ensino de São Paulo manterá, a partir de 1970, escolas-piloto, que funcionarão como verdadeiros laboratórios de experimentação e pesquisas. Nesse sentido, a escola municipal de Vila Olimpia, já está funcionando como campo de estudos pedagógicos da maior importância, como por exemplo: razões da reprovação dos alunos — se em virtude de deficiências intelectuais dos mesmos ou se em virtude de deficiências dos métodos educacionais; se em virtude de desajustamentos psíquicos dos alunos ao meio escolar ou em decorrência de fatores sociais e emocionais no seio da sua família. O plano do Departamento Municipal de Ensino, já aprovado pelo prefeito Paulo Maluf, é de se criar, junto à Escola de Vila Olimpia, um centro de experimentação educacional, que ministrará diversos cursos a professores e diretores, que o frequentarão periodicamente, de 4 em 4 anos, a fim de se manterem atualizados. As pesquisas, que hoje são realizadas em caráter de "casos isolados", serão feitas, a partir de 1970, como "diagnóstico de massa", obtendo o máximo do aprimoramento das técnicas educativas.

Esse proletariado centro de experimentação e treinamento, além dos cursos para professores e diretores já mencionados, manterá outros sobre material áudio-visual, sua elaboração, seu uso na prática. O prefeito Paulo Maluf, conforme direção do prof. Paulo Nathanael, diretor do ensino municipal, — determinou a substituição, no menor espaço de tempo possível, do processo do "giz e saliva" (como se diz entre o professorado) pelos mais modernos métodos pedagógicos, através dos quais os alunos podem "ver, ouvir, palpar".

### A INSCRIÇÃO PARA ESCOLAS AVANÇADAS

A Municipalidade de São Paulo, segundo foi sancionada pelo prefeito Paulo Maluf, oferece, gratuitamente, aos alunos das turmas primárias e secundárias, o material necessário para a realização de trabalhos, pesquisas, experimentos, etc., em suas escolas-piloto. O valor de cada biblioteca e respectiva estante não será superior a três vezes o do material mínimo vigente na Capital, na execução imediata de superior ao da estante do prévio.

Conferência do diretor, o Executivo Municipal oferece as primeiras aulas gratuitas na base de 30 minutos por semana para o período de 30 minutos, a ser ministrado em caráter experimental, para os alunos do 5.º ano, em decorrência, a fim de possibilitar a realização de trabalhos de natureza científica, de acordo com as disposições da Lei nº 12.000, de 1966.

Para o ensino das crianças em idade para o ensino primário, a Prefeitura de São Paulo oferece, gratuitamente, o material necessário para a realização de trabalhos de natureza científica, de acordo com as disposições da Lei nº 12.000, de 1966.

Por outro lado, a Prefeitura de São Paulo oferece, gratuitamente, o material necessário para a realização de trabalhos de natureza científica, de acordo com as disposições da Lei nº 12.000, de 1966.

## ANO LETIVO DE 1969 SE ENCERRA COM ÓTIMAS NOTÍCIAS PARA 1970

Ao mesmo tempo em que o ano letivo de 69 se encerrava com festas cerimonias — entre as quais a inauguração de magnífica exposição de trabalhos civicos dos alunos das escolas municipais, nos bairros do Viaduto do Chá — noticias muito importantes eram divulgadas pela Secretaria de Educação e Cultura, relativos ao exercicio de 1970. Assim, o Departamento Municipal de Ensino recebeu dos inspectores escolares os levantamentos dos diversos bairros da Capital, dando conta dos pedidos de matrículas para o ano que se inicia. Constatou-se que na quase totalidade das escolas, as vagas disponiveis são suficientes. Em alguns estabelecimentos a demanda excede a capacidade de atendimento. Em outros, não atinge o limite. Com as novas escolas que estão sendo entregues pela Prefeitura e que serão postas a funcionar durante o ano letivo que se inicia, pode-se afirmar que o objetivo do Prefeito Paulo Maierl — que nenhuma criança fique sem escola — será plenamente atingido. Por outro lado, foi anunciado que o Colégio Comercial Municipal poderá matricular cerca de 2 mil alunos, no ano entrante, em suas modernas instalações na Rua Voluntarios da Pátria, através dos seus diversos cursos, nos períodos matutino, vespertino e noturno. A escola, pioneira em seu gênero na administração municipal, terá inicialmente, 24 salas de aula, diversas salas especiais para o ensino de técnicas comerciais, laboratório de ciéncia físicas e biológicas, biblioteca, auditório para 200 pessoas e salas para a administração. Em 1970 o Colégio deverá abrigar, nos três turnos, 950 alunos nas 1.ª e 2.ª séries do Ginásio Comercial, 650 alunos nos cursos técnicos de Contabilidade e Secretariado e 400 outros nos cursos de aprendizagem acelerada nas áreas de vendas, turismo e serviços de escritório.

## Prefeito entrega 428 bolsas de estudos.

O prefeito Paulo Maluf entregou, dia 9 de novembro, em seu gabinete, a representantes de faculdades e escolas de São Paulo, cheques no valor de NCr\$ 406.599,55, correspondentes às 428 bolsas de estudo que a Prefeitura distribui anualmente através da Secretaria de Educação e Cultura. A cerimônia contou com a presença do sr. Paulo Zinzer, secretário de Educação e Cultura, que afirmou na oportunidade que a concessão das bolsas significa mais Educação e que a Educação deve estar vinculada ao interesse nacional. Foram contemplados neste ano os seguintes estabelecimentos de ensino: Universidade Mackenzie, NCr\$ 127.100,00; Faculdade Metropolitana Unidas, NCr\$ 90.160,00; Instituto Mauá, ..... NCr\$ 33.000,00; Fundação Esc. Sec. e Política de São Paulo, NCr\$ 10.835,00; Fundação Armando Álvares Penteado, NCr\$ 12.000,00; Escola de Administração de Empresas (Fundação Getúlio Vargas), NCr\$ 1.000,00; Faculdade de Economia e Finanças e Administração (Fundação Leonildo Alegratti), NCr\$ 1.225,30; Faculdade de Ciências Médicas (Santa Casa de São Paulo, NCr\$ 3.000,00; Faculdade de Ciências Econômicas (Fundação Armando Álvares Penteado), NCr\$ 1.610,00; Faculdade de Ciências Econômicas D. Pedro II, .... NCr\$ 28.000,00; Pontifícia Universidade Católica, NCr\$ 58.668,75; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Oswaldo Cruz, NCr\$ 25.000,00; Escola Sup. de Química Oswaldo Cruz, NCr\$ 15.000,00.



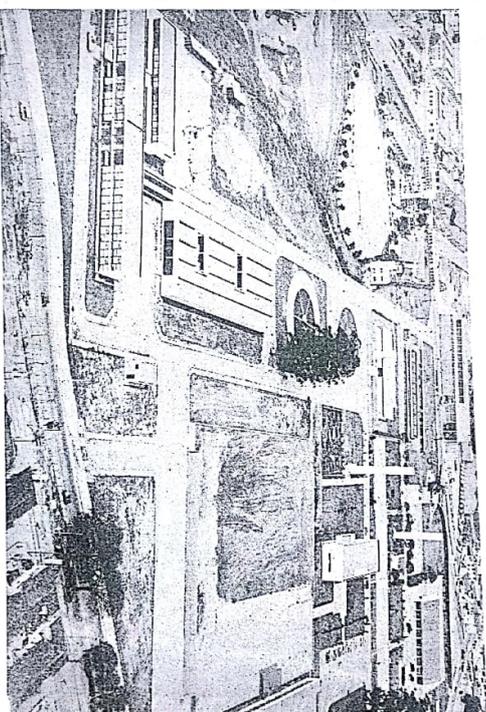
Prefeito Maluf cumprimenta o diretor de um dos estabelecimentos contemplados.

## PISCINAS EM NOVE ESCOLAS MUNICIPAIS

Visando incentivar a prática de esportes nas escolas municipais, o prefeito Paulo Mahuf determinou fossem construídas piscinas em várias unidades educacionais.

As piscinas terão 10 metros por 20, com profundidade variável de 0,80 a 1 metro. Serão inicialmente beneficiadas as seguintes escolas municipais: Alto da Mandaguá; Jardim S. Vicente, em São Miguel; Jardim Alhambra, em Santana; Japandi (COHAB); Comandante Garcia, na Freguesia do O'; Vila Sabará, em Santo Amaro; Ministro Sílvio Rocha, em Vila Nova Pirajussara; Lagoado, na Lapa; e Jardim Periferi, em Pinheiros.

Cada uma dessas nove piscinas terá seu custo variando entre 240 e 300 mil cruzeiros novos, dependendo do movimento de terra necessário. Devem estar concluídas 120 dias após a assinatura do contrato.



Além dos balneários que estão sendo construídos (abaixo) piscinas serão construídas nas escolas.

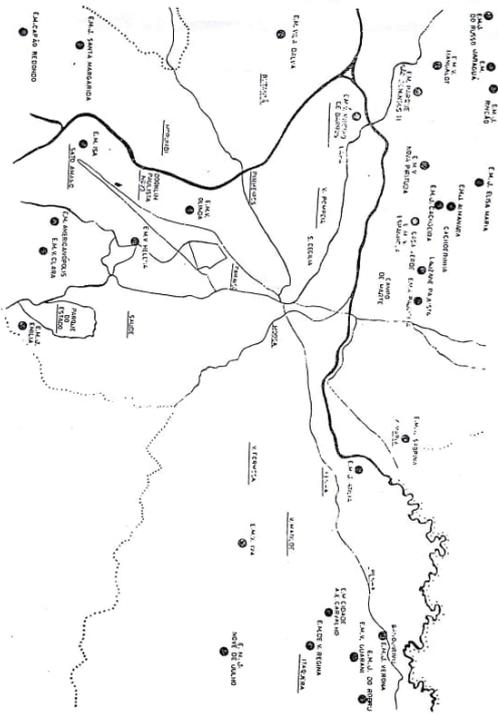
## 12 NOVAS ESCOLAS INAUGURADAS EM DIVERSOS BAIROS DA CAPITAL

Como parte das comemorações de 25 de Junho, data da cidade de São Paulo, a Prefeitura Municipal entregou ao uso público 10 novas escolas, — estabelecimentos de modernas linhas arquitetônicas, construídos dentro do critério de oferecer o máximo de conforto a alunos e professores e a máxima capacidade possível de atendimento. As novas unidades são as seguintes:—

- 1) E. M. Jardim Ubrajara: Avenida Ubrajara - Santo Amaro - com 12 salas de aula; 2) E. M. Jardim Angela: Estrada do M'Boi Mirim - Santo Amaro - com 12 salas; 3) E. M. Jardim Ester: Av. 4, frente à Raposo Tavares, com 14 salas; 4) E. M. Vila Rio Branco: Rua do Acre - Penha - com 12 salas; 5) E. M. Jardim Nordeste: Rua Tampioca - Fênix-São Miguel - com 12 salas; 6) E. M. de Vila Brasilândia: Rua 6 - Freguesia do O, com 14 salas; 7) E. M. Jardim Brasília: Avenida I - Santo Amaro - com 14 salas; 8) E. M. Vila Progresso: Rua João Soares e Albertina Medeiros - São Miguel - com 16 salas; 9) E. M. Nossa Senhora Aparecida - Itaquera - com 12 salas; 10) E. M. Pedra Branca: Av. Pedra Branca - Freguesia do O - com 12 salas.



30 mil vagas nas novas escolas  
que a Prefeitura construirá este ano



Considerando as estimativas do crescimento das matrículas no presente exercício escolar e objetivando eliminar os últimos galpões de madeira que eram classes de emergência, a Prefeitura montará o potencial de atendimento em cerca de 30 mil matrículas, em dois turnos. Entre o custo da obra e o custo do equipamento, tal programa importará num investimento de cerca de 23.095.000 de cruzeiros novos. A localização dos prédios obedecerá ao levantamento estatístico que considerou os fatores de crescimento e mobilidade social dos bairros periféricos. As Regiões Administrativas que maior carência de escolas primárias apresentaram foram: Pinheira, São Miguel Paulista, Santo Amaro e Pirituba. Das 31 escolas programadas, 20 se localizam nessas regiões. Seguem-se, em termos de carência, Santa Ana, Pinheiros e Vila Mariana. Depois, Lapa, Mooca, Penha e Ipiranga. O custo médio de cada novo estabelecimento está orçado em 745 mil cruzeiros novos. Plano de grande envergadura da atual Administração Municipal.